

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DISCLOSURE DAS CONTINGÊNCIAS E PROVISÕES PASSIVAS

MICHELLE ADRIANE SILVA DE OLIVEIRA

Belo Horizonte

2011

MICHELLE ADRIANE SILVA DE OLIVEIRA

DISCLOSURE DAS CONTINGÊNCIAS E PROVISÕES PASSIVAS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciências Contábeis do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade e Controladoria

Orientadora: Prof. Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro

Belo Horizonte

2011

MICHELLE ADRIANE SILVA DE OLIVEIRA

Objetivo: Identificar o nível de *disclosure* das provisões realizadas pelas empresas listadas na Bovespa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG

Programa de Mestrado em Ciências Contábeis com área de concentração em Contabilidade e Controladoria e linha de pesquisa em Contabilidade Financeira.

Data de Aprovação:

Prof. Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro – Orientadora – CEPCON, UFMG.

Valcemiro Nossa – FUCAPE

Prof. Dra. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha – CEPCON, UFMG.

Prof. Dr. Poueri do Carmo Mário – CEPCON, UFMG.

Para meu Pai Antônio.

Tendo concluído o meu trabalho, percebo que a pesquisa em si não foi a parte mais difícil de ser elaborada. O texto de gratidão à todos que contribuíram para o desenvolvimento e a concretização deste grande feito não está fácil de ser trabalhado! Isto porque já não estou mais lidando com dados, números ou teorias, e sim com o coração e com lembranças destes últimos dois anos.

A mim recai a responsabilidade de não me esquecer de qualquer pessoa que ao longo desta caminhada me influenciou. Eu espero levar a bom termo esta missão!

A primeira pessoa pela qual meu coração desperta já a trago em lembrança: **minha mãe Carmen Lúcia!** Como ela vibrou ao lermos meu nome na lista dos aprovados na seleção do mestrado. Seus olhos se encheram de orgulho e alegria. Para mim era o início de uma longa jornada, para ela teve o sabor da concretização de um dos seus sonhos para mim, que era me ver escolhendo o caminho da educação. Ela não pôde presenciar todas as conquistas advindas pelo mestrado, mas participou, participa e sempre fará parte das minhas etapas, pois, cada dia é mais viva dentro de mim. Sua força, vigor e espírito guerreiro me inspiram em tudo!

Agradeço ao **meu pai** que sempre acredita que se eu fizer dará certo! Obrigada pela confiança em meus feitos, escolhas e projetos. Obrigada por sempre estimular e apostar em cada novo ideal que eu apresento! A responsabilidade e o compromisso que o senhor me ensinou a ter a despeito de tudo o que me vem a mão me conduziram até aqui.

Agradeço às minhas tias: **Wanny e Olívia**, que não me poupam corujice, carinho e valorização! Como eu admiro estas duas mulheres!

Obrigada aos meus irmãos **Eider, Cristiano e André!** Obrigada por me apoiarem em todas as circunstâncias e por estarem juntos quando os momentos foram difíceis. Certamente sem vocês eu não teria conseguido. E vocês duas, **Carina e Ana Flávia**, que são como irmãs, muito obrigada por serem tão especiais em minha vida! Obrigada por todas as acolhidas!!!

Agradeço aos meus sobrinhos que por demais amo! Eles, muito maduros, sempre compreenderam quando a Tia Mi não podia brincar, mas, precisava estudar! Obrigada **Rafa, Biel e Israel!** O sorriso e carinho de vocês sempre me deram muito gás!

Agradeço aos meus professores, que nunca reteram o conhecimento e sempre nos estimularam a subir, mais e mais, a subir cada vez mais e mais alto! Sou muito grata por tudo o que aprendi com você **Prof. Poueri**, por todas as instruções e créditos dados a mim! Por confiar que eu podia corresponder ao comando!

Agradeço ao **Professor Romualdo Douglas Colauto** por me “formatar” com didática, oratória e desenvoltura. Como serei grata por tudo o que me ensinou por toda a minha vida!

À **Professora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha** eu agradeço por sempre “aparar as arestas” das nossas pesquisas, pela disponibilidade e atenção com que sempre me atendeu!

Agradeço minha querida orientadora, **Professora Laura Edith Taboada Pinheiro**, por toda consideração, paciência, conselhos e direções apontadas! A senhora foi a maior colaboradora deste trabalho! Obrigada por seus ensinamentos de mestre, por ser uma pessoa tão admirável e boa!

Obrigada aos funcionários da FACE, **Iraídes e Ramon**, sempre prestativos e atenciosos! A colaboração de vocês foi um grande diferencial e facilitou muito nossa vida acadêmica! Valeu!

Não poderiam ficar sem menção meus colegas de turma! Seminários, laboratório, biblioteca, bandeirão, confusão, artigos, agitos, qualificação, dissertação... Enfim, a cada um agradeço pelo convívio e diferença: **Adriana, Anselmo, Eduardo, Fabiana, Flávio, João, Júlio Cesar, Luciana, Mariana, Marleide, Nirlene, Rodney, Rodrigo, Vagner e Warley.**

Agradeço aos meus colegas e amigos do IPG em Lavras, na pessoa do **Dr. Alysso Massote Carvalho**, e à equipe da controladoria, especialmente à **Selminha, Jérele e Sirlene**, agradeço por todo incentivo e apoio concedidos! Vocês me ajudaram a optar por este curso!

Muito obrigada aos meus amigos da Cerragri em São Gotardo: **Dora, Carlinhos, Beth, Sr. Tarcízio e Washington**. Obrigada pela confiança e voto à minha pessoa. Vocês tiveram um significado muito importante neste processo e conquista.

Já na reta final teve uma turminha que entrou nesta caminhada e merece toda a minha admiração: **Profa Wanda, Profa Aline, Profa Eliza, Prof Flávio, Prof Lucas, Profa Ludmila e toda equipe do IFMG-Sabará**. Vocês são Jóias Preciosas! Compreender todo o meu sufoco dos últimos dias não tem preço!!!

Ainda, não poderia deixar de registrar todo o apoio e bem que recebo dos meus amigos da **Congregação Har Tzion** e dos integrantes do **Coro Hallel**. A companhia de cada um, o afeto, o incentivo, a troca de experiências, o compartilhar e, sobretudo, o comungar da mesma fé foram e são imprescindíveis a cada passo que dou. Escolho a pessoa do nosso estimado **Rabino Marcelo** para representar a todos desta comunidade e externar a minha gratidão por eu fazer parte desta maravilhosa família! Rabi, obrigada por sempre me incentivar e dizer: “-Vá firme! Estou orando por você!”, e no seu empurrão eu sempre vou...! Obrigada por me ensinar a riqueza da *Engenharia Espiritual* e me dotar de orientações puras, profundas e verdadeiras, que me elevam e me estabilizam. Vocês todos da família Har Tzion me promovem alegria, equilíbrio, esperança e conforto. Ainda, permeiam minha vida com ensinamentos lá do alto, que me fazem ser forte e corajosa! À turma do Coro, obrigada por me permitirem faltar aos ensaios de naípe... Obrigada pelas orações e compreensões, **Maestro Willsterman e Sandrinha!**

Por fim, não por estar em último plano, mas, ao contrário, sendo a minha prioridade foi o responsável por cada pessoa citada anteriormente fazer parte e influenciar a minha história. Por ser o *Controller* do meu maior patrimônio, que é a minha vida, afirmo que é Ele quem sustenta tudo acima. Ele é o alicerce da minha vida. Agradeço a Deus, **O Deus de Israel**, Ele que é Eterno, que é Um e Único. Obrigada por a cada dia me abençoar com o POSSÍVEL. Por me mostrar que estás comigo e que por isso posso prosseguir. Por me conceder o bastante para eu poder transformar sonhos em realizações. Por me inspirar com projetos e idéias a respeito daquilo que é possível. Obrigada por ir à minha frente, pisando antes de mim, abrindo as portas para eu passar, fechando as janelas que não devo olhar... Sua gentileza, zelo e cuidado, Senhor, me abençoam e me fazem ser bem-sucedida e próspera com o trabalho de minhas mãos. Esteja sempre adiante do que ainda está por vir!

“O que o trabalhador obtém de seus esforços?

Vi a tarefa concedida por Deus à humanidade para nos manter ocupados. Ele fez tudo apropriado para o momento certo. Deu também aos seres humanos a consciência da eternidade, mas de tal modo que eles não podem compreender plenamente, do começo ao fim, o que Deus faz.

Sei que não há nada melhor para eles que ser felizes e se alegrar enquanto vivem.

Mesmo assim, o fato de todos poderem comer, beber e aproveitar as vantagens resultantes de todo o seu trabalho é uma dádiva de Deus.”

Salomão (Eclesiastes 3:9-13)

RESUMO

As transformações ocorridas no panorama internacional e nacional contábil tem provocado a busca por maior *disclosure* por parte das empresas e pelos investidores. Devido às características das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, espera-se que estas apresentem elevado nível de *disclosure* das informações, bem como o atendimento adequado aos preceitos dos órgãos reguladores quanto às suas obrigações contingentes e no tocante à divulgação dos elementos definidores do montante da exigibilidade da empresa, a data de vencimento das obrigações e as circunstâncias que envolvem incertezas. A presente dissertação tem por objetivo identificar qual o nível de *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes apresentado pelas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. Para tanto, foram analisadas as Demonstrações Contábeis, os Relatórios da Administração e os Pareceres dos Auditores Independentes do exercício de 2010 das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa e que apresentaram itens de contingência neste período de análise. O embasamento da análise descritiva das características da informação contingencial deste trabalho decorrem das teorias mais utilizadas que sustentam a evidenciação das empresas: Teoria da Agência, Teoria da Divulgação, Teoria dos *Stakeholders* e Teoria da Legitimidade. As características analisadas, a partir das técnicas de análise documental e análise de conteúdo, compreendem a classificação de evidência (declarativa, quantitativa monetária, quantitativa não-monetária ou quantitativa monetária e não-monetária) e a localização da informação (Parecer dos Auditores, Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis ou Notas Explicativas). Com o intuito de explicar a evidenciação das contingências divulgada pelas empresas investigadas foram considerados fatores individuais das empresas, que englobam tamanho do ativo, relevância da contingência e quantidade de sentenças divulgadas sobre o assunto. Os resultados demonstram que o nível de *disclosure* apresentou-se médio para as provisões e baixo para os passivos contingentes. Também foi verificado que a propensão para o relato de fatos contingentes não depende do tamanho do ativo, nem da relevância da contingência. Conclui-se que os achados da pesquisa indicam que as empresas divulgaram voluntariamente poucas informações negativas a respeito de suas contingências.

Palavras-chave: Divulgação; Contingência; Provisão; Passivo Contingente.

ABSTRACT

The accounting landscape changes, both national and international, have been driving the search for greater disclosure by enterprises and investors. Due to the characteristics of companies listed on the "Novo Mercado da BM&FBovespa" a high disclosure level is expected from them as the compliance to regulatory agencies standards in regard the contingential obligations and broadcast of the defining the company liability level, due diligence dates and uncertain circumstances. This present work has the goal of identify the disclosure level on the provisions and contingent passives as reported by the companies in the "Novo Mercado da MB&FBovespa" listing. To achieve this goal there have been analysis of the accounting numbers, administration reports and the external independent auditors on 2010 of those companies. The basis for the descriptive analysis of the characteristics of the contingential information on this work are result of the most used theories to support the discrimination of companies: "Agency Theory", "Report Theory", "Stakeholders Theory" and "Legitimacy Theory". The analyzed characteristics, coming from the documental analysis techniques, encompass the evidential classification (declarative, quantitative monetary, quantitative non-monetary, quantitative monetary and non-monetary) and information location (Consultant Reports, Administration Report, Accountant Demonstratives or Descriptive Bills). In order to explain the evidences of contingent as reported by the researched companies individual factors have been taking in account such as size of actives, contingent relevance, amount of declarations on the subject. The results show that the disclosure level is medium for the provisions and low for the contingent passives. It was also verified that the tendency to report contingent facts isn't related to the active size nor the contingent relevancy. The conclusion follows that the research results indicate the companies have voluntarily reported few information on their contingents.

Key-words: Disclosure; Contingency; Provisions, Contingent Liabilities.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Total de provisões e relevância sobre os ativos	60
TABELA 2 – Informações sobre as provisões	61
TABELA 3 – Impactos financeiros das provisões	63
TABELA 4 – Informações sobre os passivos contingentes	64
TABELA 5 – Possíveis impactos financeiros dos passivos contingentes	65
TABELA 6 – Sentenças por Tipo de <i>Disclosure</i>	66
TABELA 7 – Atendimento Global das Categorias Exigidas pelo CPC 25	68
TABELA 8 – Atendimento Global das Categorias Exigidas pelo CPC 25	70
TABELA 9 – Relação Número de Sentenças x Provisões x Ativo Total	72
TABELA 10 – Relação <i>Disclosure</i> x Provisões x Total de Ativos	75
TABELA 11 – Ranking das Empresas	76
TABELA 12 – Nível Global Atendimento CPC 25 – Provisões	79
TABELA 13 – Nível Global Atendimento CPC 25 – Passivos Contingentes	81
TABELA 14 – Atendimento ao CPC 25 – Provisão	82
TABELA 15 – Atendimento ao CPC 25 – Passivos Contingente	85

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Tratamento devido às contingências passivas.....	40
QUADRO 2 – Lista das empresas amostra da pesquisa	47
QUADRO 3 – Categorias Analíticas	53
QUADRO 4 – Tipos de <i>Disclosure</i>	55

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de empresas por classe de provisão.....	59
GRÁFICO 2 – As 10 empresas com maior <i>disclosure</i> em relação ao seu Ativo Total	71
GRÁFICO 3 – Representação da Quantidade % de Empresas que Atenderam ao CPC 25 a Respeito das Proviões	80
GRÁFICO 4 – Representação da quantidade % de empresas que atenderam ao CPC 25 a respeito dos Passivos Contingenciais	81

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Contextualização	15
1.2 Questão de Pesquisa	20
1.3 Objetivo	20
1.4 Justificativa	21
2. REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Bases Teóricas	23
2.1.1 Teoria da Agência	24
2.1.2 Teoria da Divulgação	25
2.1.3 Teoria dos <i>Stakeholders</i>	27
2.1.4 Teoria da Legitimidade	27
2.2 <i>Disclosure</i>	29
2.3 Governança Corporativa	32
2.4 Contingências e Provisões Passivas	35
2.5 Estudos Anteriores	40
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.1 Estratégias de Pesquisa	45
3.2 Critério para Escolha das Empresas Objeto de Estudo	45
3.3 Coleta dos Dados	48
3.4 Tratamento e Análise dos Dados	49
3.5 Análise de Conteúdo	50
3.5.1 Recorte de Conteúdos	51
3.5.2 Definição das Categorias Analíticas	52
3.5.3 Categorização Final das Unidades de Análises	53
3.6 Tipos de <i>Disclosure</i>	54
3.7 Protocolo de Pesquisa	55
3.8 Restrições e Limitações do Estudo	56

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS -----	58
4.1 Considerações Preliminares -----	58
4.2 Categorias Analíticas -----	61
4.2.1 Informações sobre as Provisões-----	61
4.2.2 Impactos Financeiros das Provisões-----	62
4.2.3 Valores Contábeis de Cada Classe de Provisão-----	63
4.2.4 Informações sobre os Passivos Contingentes -----	64
4.2.5 Possíveis Impactos Financeiros dos Passivos Contingentes -----	65
4.2.6 Política da Administração -----	66
4.2.7 Informações dos Auditores Independentes -----	66
4.2.8 Outras Informações Contingenciais -----	67
4.3 Análise por Tipo de <i>Disclosure</i> e Itens de Divulgação -----	67
4.4 Relação entre Tamanho da Empresa, Contingências e Divulgação -----	70
4.5 Atendimento à Regulação do CPC 25 -----	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	88
REFERÊNCIAS -----	93

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

As transformações ocorridas no panorama internacional e nacional contábil têm provocado a busca por maior *disclosure* por parte das empresas e dos investidores. As empresas necessitam de crescimento e, como reflexo, precisam cuidar mais de seus investimentos e das relações com os *stakeholders*.

As relações com os *stakeholders*, principalmente dos investidores, são preservadas à medida que eles têm suas expectativas atendidas, principalmente no tocante à transparência das informações das empresas. É esperado das companhias demonstrações contábeis transparentes e relatórios sobre suas ações e procedimentos. Por isso, são exigidas das empresas boas práticas de Governança Corporativa. Tais práticas almejam, principalmente, a redução da assimetria informacional, gerando a expectativa da transparência por parte das companhias (LIMA, 2007).

Ressalta-se que um dos objetivos primordiais da informação contábil é contribuir para a redução da assimetria informacional existente entre os usuários internos (gestores) e os usuários externos da entidade (acionistas, credores), o que se dá por meio da evidenciação, (LOPES E MARTINS, 2005).

Assim, de forma a atender à necessidade dos seus usuários, a Contabilidade deve fornecer um conjunto básico de informações que atenda igualmente bem a todos os seus usuários, e isto é alcançado mediante o *disclosure*, ou seja, a evidenciação (IUDÍCIBUS, 2000). A forma pela qual as empresas fornecem informações é a evidenciação dos relatórios financeiros, demonstrações contábeis, outros tipos de documentos exigidos pelos órgãos reguladores e via outras formas de comunicação voluntárias.

Há certo consenso entre profissionais e estudiosos de que uma melhor evidenciação pode trazer benefícios para a empresa. Já a evidenciação detalhada de todas as informações que permitam a avaliação da situação patrimonial, das mutações desse patrimônio e que

possibilitem inferências sobre o futuro é vital para a consecução do objetivo da Contabilidade (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2007).

Eccles *et al.* (2001) demonstraram resultados de uma pesquisa de opinião realizada entre investidores institucionais e analistas. Eles citam cinco pontos como sendo os maiores benefícios de uma melhor evidenciação: (a) aumento da credibilidade dos gestores; (b) mais investidores de longo prazo; (c) maior monitoramento por parte dos analistas; (d) diminuição do Custo de Capital; e (e) melhor avaliação do preço das ações.

Nesse sentido, tem-se que o aumento do *disclosure* acarreta em vários benefícios para as empresas, contudo, a falta da divulgação pode trazer dano. Por ser relevante a transparência no mercado de capitais, Schadewitx e Blevins (1998, p. 44) afirmam que “investidores racionais, percebendo os potenciais riscos, evitam assumir posição acionária em companhias cuja quantidade e qualidade de abertura de informações é consistentemente abaixo das expectativas”.

Há que ser considerado que, dentre as necessidades dos diferentes usuários da Contabilidade, existe a expectativa a respeito de informações sobre a continuidade e a responsabilidade da empresa perante o seu ambiente de atuação, (FARIAS, 2004). Por conseguinte, Farias (2004) acrescenta que as obrigações das empresas para com terceiros estão ganhando importância cada vez maior nas pesquisas contábeis e a atenção dos órgãos normativos nacionais e internacionais.

O International Accounting Standards Board (IASB), através da IAS 10, requer que seja feito o *disclosure* de eventos de perdas e contingências. E, ainda, as obrigações não reconhecidas, pertinentes a uma avaliação da posição financeira de uma companhia, deveriam ser informadas nas notas explicativas, relatórios ambientais (quando relacionado ao passivo ambiental) ou relatório da administração.

Segundo o SFAC Nº 1 (FASB, 1978) “o *disclosure* contábil deve incluir interpretações e explicações com o objetivo de auxiliar os usuários a entenderem a informação financeira divulgada”. Percebe-se, assim, que as práticas de *disclosure* complementam a função dos números contábeis de prover informações acerca da situação econômico-financeira da companhia.

Sendo assim, tem-se que o *disclosure* corporativo não está limitado às informações financeiras. Gruning (2008) ressalta a necessidade de informações sobre produtos, consumidores, empregados, pesquisa e desenvolvimento, estratégia, governança corporativa, etc. Nesse mesmo sentido, Beaver (1998) aponta que a evidenciação de informações não financeiras e de informações sobre o futuro da empresa são implicações da adoção de uma abordagem informacional para o *disclosure* contábil.

Já Rolim *et al.* (2010) realçam que o mercado necessita que as empresas apresentem *disclosure* por meio de relatórios financeiros regulares, pelas notas explicativas e pelos relatórios gerenciais com análises e discussões de resultados e documentação exigida por órgãos reguladores. O intuito é atender a uma obrigação legal ou reduzir a assimetria da informação contábil proveniente do problema de agência ou para obter a confiabilidade para novos investimentos.

Para Verrechia (2001), apresentar maior *disclosure* representa divulgar mais informações por meio de relatórios contábeis de alta qualidade, resultando em maior confiança do investidor.

Tem-se, então, que o *disclosure* pode ser compreendido como o próprio objetivo da contabilidade de buscar fornecer informações úteis para usuários com a intenção decisória, porém, com a preocupação adicional sobre o aspecto da qualidade dessas informações oferecidas (ROLIM *ET AL.*, 2010).

Nessa busca por transparência e geração de informações financeiras úteis para os usuários externos, percebe-se alguns fatores que influenciaram essa preocupação, tais como o crescimento das empresas e a complexidade das transações, a concorrência global, a ocorrência de escândalos com fraudes contábeis – como o caso da Enron – e o colapso no mercado hipotecário ocorrido em 2008 (ROLIM *et al.*, 2010).

Esses fatores reforçaram a necessidade de revisão das normas contábeis e a convergência para uma norma de orientação internacional padrão. Desde 2002, o comitê de Normas Internacionais de Contabilidade, International Accounting Standards Board (IASB), tem se mantido como responsável por emitir Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, as IFRS, que acrescentaram às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) já existentes.

No Brasil, a BM&FBovespa, há mais de dez anos, exigiu a implantação de níveis diferenciados de governança, fazendo com que as empresas listadas nos dois segmentos superiores apresentem as demonstrações contábeis anuais em IFRS ou US GAAP (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América). A Bolsa percebeu que, para desenvolver o mercado de capitais brasileiro, atraindo novos investidores e novas empresas, era preciso ter segmentos de listagem com regras rígidas de governança corporativa.

O Novo Mercado é um destes segmentos superiores de listagem da BM&FBovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Estar no Novo Mercado implica à empresa a adesão a um conjunto de regras societárias, genericamente chamadas de "boas práticas de governança corporativa", mais exigentes do que as presentes na legislação brasileira. Essas regras, consolidadas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações usualmente prestadas pelas companhias, bem como a dispersão acionária e, ao determinar a resolução dos conflitos societários por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada. Então, em virtude dessas exigências adicionais da BM&FBovespa em relação ao Novo Mercado, as empresas listadas neste segmento divulgam mais informações ao mercado financeiro, em relação às empresas listadas nos Níveis 1 e 2 (GONÇALVES *et al*, 2008).

Por sua parte, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) exigiu que todas as companhias abertas apresentassem as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS a partir do exercício

Em 2005 foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em função das necessidades de convergência ao padrão internacional e centralização na emissão de normas sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza. Acredita-se que a convergência às normas internacionais permitirá a comparabilidade das demonstrações contábeis das empresas brasileiras, o que beneficiará a captação de recursos em mercados internacionais e a manutenção de um fluxo de informações de qualidade ao longo do tempo.

Contudo, independente das exigências legais, há também a necessidade das entidades zelarem pela sua imagem, assumindo as obrigações por danos causados aos seus funcionários, a outras pessoas em geral e ao meio-ambiente, para que continuem tendo seus produtos ou serviços aceitos no mercado. Tais obrigações são classificadas como contingentes e decorrem, principalmente, de questões trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais, (FARIAS, 2004).

Hendriksen e Van Breda (1999) estabelecem que uma obrigação contingente poderia ser definida como um sacrifício futuro provável de benefícios econômicos, resultante de obrigações presentes de uma entidade no sentido de transferir ativos ou prestar serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados, e cuja liquidação depende de um ou mais eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência.

O tratamento contábil das contingências é determinado por organismos internacionais como FASB, através do SFAS 5; pelo IASB, por meio do IAS 37; e tratado pelas normas contábeis brasileiras, mediante o CPC 25 e a Resolução CFC no. 1.180/09, a qual aprovou a norma NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Especificamente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 25, permitindo a convergência das normas brasileiras à IAS 37. Dessa forma, as empresas brasileiras devem observar este Pronunciamento Técnico, no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e contingências passivas, desde 01 de janeiro de 2010.

Em suma, esta pesquisa foca o *disclosure* das contingências e provisões passivas, que possuem características de passivo cujo fato gerador está ligado a alguma transação ou evento

passado, porém a definição da data e do valor a ser exigido depende de eventos futuros, sobre os quais a empresa tem pouco ou nenhum controle ou influência (CPC 25, 2009).

Devido às características das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, de terem de apresentar maior nível de *disclosure* das informações, pretende-se, com este estudo, verificar se estas companhias atendem adequadamente aos preceitos dos órgãos reguladores quanto às suas obrigações contingentes e no tocante à divulgação dos elementos definidores do montante da exigibilidade da empresa, a data de vencimento das obrigações e as circunstâncias que envolvem incertezas.

1.2 Questão de Pesquisa

Com vistas à credibilidade e ao respeito dos usuários externos em relação à empresa, parte-se de que informações são publicadas nas demonstrações contábeis, no relatório da administração ou em notas explicativas. A publicação dessas informações deve ser acessível e acontecer por meio de demonstrativos transparentes, objetivos, contendo informações textuais, quadros e tabelas, além de índices econômicos e financeiros.

Considerando a relevância das contingências passivas, espera-se que encontrar esse teor de informação venha trazer compreensão das contingências devidas pelas empresas objeto deste estudo e que elas ressaltem transparência na divulgação dos seus demonstrativos, alcançando, assim, a apreciação destes pelos usuários externos.

Nesta expectativa e com base nos dados introdutórios surge a seguinte questão de pesquisa:

Qual o nível do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes apresentado pelas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa?

1.3 Objetivo

O objetivo desta pesquisa é identificar qual o nível de *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes apresentado pelas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa.

As características analisadas incluem a classificação de evidência (declarativa, quantitativa monetária, quantitativa não-monetária ou quantitativa monetária e não monetária), a localização da informação (Pareceres dos Auditores Externos, Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis ou Notas Explicativas), além de considerar a natureza das contingências.

1.4 Justificativa

O surgimento de um novo sistema de normatização contábil no Brasil promovido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através da incorporação de diversos normativos emanados pelo International Accounting Standards Board (IASB), levantou diversas motivações para a realização deste estudo.

A existência de novos conceitos, e a necessidade de incorporação de novas formas de entender a contabilidade, possibilita que se possa, e deva, dissertar sobre vários temas vertidos nas novas normas. Com base nesse pressuposto, a área das provisões e contingências foi escolhida como base deste trabalho científico.

A primeira motivação é em razão da presente investigação permitir uma contextualização do *disclosure* das contingências e provisões passivas das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. Com o desenvolvimento dessa contextualização, pretende-se verificar se a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa influem positivamente o nível de evidenciação destas informações.

Outra motivação é que a análise dessa evidenciação frente às alterações legais é de grande valia para o meio acadêmico por não existir, nas publicações nacionais pesquisadas, trabalho que apresente a abordagem que esta pretende. Assim, a escolha do tema justifica-se também por ser o *disclosure* das contingências e provisões passivas um assunto ainda não explorado.

Vale ressaltar que não foram encontradas pesquisas que analisassem essas obrigações pelo nível de evidenciação.

Por fim, este é um tema relevante por ressaltar, aos usuários externos da Contabilidade, dados que auxiliam no entendimento das contingências, cujas circunstâncias afetam o lucro do período, que, por sua vez, influencia na distribuição de dividendos, no pagamento de tributos ao fisco e no valor do

e, ainda, por apontar evidências que possam auxiliar, tanto usuários externos quanto usuários internos, em relação às informações prestadas pelas companhias brasileiras, ajudando no entendimento e discussão sobre a evidenciação das obrigações contingenciais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Bases Téóricas

Watts e Zimmerman (1978) traçaram as bases da Teoria Positiva da Contabilidade. Segundo estes autores, o objetivo da teoria contábil, pelo menos sob o enfoque denominado de positivo é de explicar primeiro, depois predizer o comportamento do fenômeno. Assim, tem-se os dois enfoques principais da teoria positiva: a abordagem positiva (descritiva), conforme explicada pelos autores; e a normativa, a qual, como "um manual", prescreve o que e como fazer em relação à prática.

Para esses autores, no início da década de 30 foram regulamentadas as divulgações das companhias nas bolsas de valores americanas e isto influenciou os teóricos contábeis a adotarem uma postura de prescrever o que deveria ser feito. A abordagem normativa predominante até então não tinha a preocupação com a validade empírica das hipóteses.

Em meados dos anos 60, com a utilização de testes empíricos por pesquisadores contábeis treinados em métodos de finanças, chegou-se a resultados distintos daqueles prescritos pelas normas contábeis. Especificamente, os resultados contrariaram a interligação entre os métodos contábeis e o comportamento do mercado de ações. A partir de então, passou-se a ter uma maior preocupação, no campo de pesquisas contábeis, com a busca de teorias que tivessem condições de explicar as práticas, gerando hipóteses passíveis de refutação. A geração de hipóteses com base nos estudos empíricos revelou a utilização da abordagem positiva nessa nova fase da pesquisa contábil (THEÓPHILO, 1998).

Rover (2009) constatou que não há uma teoria predominante para explicar a questão da evidenciação das empresas, mas sim teorias que em vários aspectos se complementam. Nesse sentido, a seguir foram sobressaltadas brevemente as teorias mais utilizadas que sustentam a evidenciação das empresas, quais sejam: Teoria da Agência, Teoria da Divulgação, Teoria dos *Stakeholders* e Teoria da Legitimidade. Essas teorias também se constituem no embasamento da análise descritiva das características da informação contingencial deste trabalho.

2.1.1 Teoria da Agência

De acordo com Jensen e Meckling (1976), a teoria da agência trata do relacionamento entre agentes nas trocas econômicas, onde um (o principal) tem poder sobre o comportamento de outro (o agente) em seu favor, e o bem-estar do principal sofre influência das decisões do agente.

Segundo Hatch (1997), o problema de agência envolve o risco do agente agir de acordo com seus interesses em vez dos do principal. A fim de proteger os interesses dos principais, é necessária a instituição de mecanismos que reduzam a possibilidade de os agentes agirem em desacordo. Os contratos são realizados em prol de se evitar tais divergências de interesses, cujo objetivo é alinhar os interesses dos agentes com os de seus principais.

Para Eisenhardt (1985), a ciência por parte dos principais a respeito dos agentes estarem ou não agindo de acordo com seus interesses, depende das informações disponíveis. Essas informações podem ser obtidas diretamente pelo monitoramento direto das ações dos agentes, ou, indiretamente, pelo acompanhamento dos resultados produzidos pelos agentes. Entretanto, como os resultados não dependem apenas dos agentes, eles nesses casos passam a assumir certa parcela do risco.

Nessa tarefa, custos são incorridos e denominados, segundo Clegg, Hardy e Nordy (1996), custos de agência. Os custos totais de agência são o montante gasto no monitoramento pelos principais, os custos da dependência dos agentes e a perda residual do principal.

Os custos de agência são incorridos com a finalidade de garantir que o agente não tome ações que prejudiquem o principal e de assegurar que o principal será compensado por esta ação (JENSEN; MECKLING, 1976).

Lopes e Martins (2005) argumentam que o surgimento das empresas com propriedade separada da gestão criou a possibilidade para que conflitos de interesse pudessem existir entre acionistas e administradores e mesmo entre os próprios administradores. Assim, a Teoria da Agência rompe com o paradigma de que não existem conflitos de interesse na gestão e afirma que podem ocorrer conflitos entre os vários interessados nas atividades da empresa.

Desta forma, tem-se o que a Teoria da Agência chama de conflito de agência, em que um dos principais motivos dos conflitos é a assimetria de informações, ou seja, surgem problemas entre os agentes ocasionados por informações incompletas ou imperfeitas (SATO, 2007).

Ressalta-se que a própria existência da contabilidade está relacionada à assimetria de informações, uma vez que os indivíduos envolvidos nas atividades empresariais não possuem o mesmo nível de informação, necessitando, assim, de instrumentos independentes, como as Demonstrações Contábeis, para avaliar a real situação da empresa. Neste sentido, um dos principais objetivos da informação contábil é contribuir para a redução da assimetria informacional existente entre os usuários internos e os usuários externos da entidade (LOPES; MARTINS, 2005).

2.1.2 Teoria da Divulgação

A Teoria da Divulgação se forma como um campo de estudo positivo da contabilidade nas décadas finais do século XX, e contrapõe a contabilidade normativa em relação à metodologia e objetivos, ao se basear em evidências empíricas e modelos de análise advindos da teoria econômica para explicar e prever a realidade. O principal objetivo da Teoria da Divulgação é explicar o fenômeno da divulgação das informações financeiras (ROVER, 2009).

Verrecchia (2001), entretanto, afirma sobre a inexistência de uma teoria unificada da divulgação, uma vez que na literatura da pesquisa sobre divulgação não há nenhum paradigma central, nem uma única noção convincente que dá origem a todas as pesquisas subsequentes, nenhuma “teoria” bem integrada. Esta posição é contestada por Dye (2001), que afirma ser esta teoria, que ele delimita como Teoria da Divulgação Voluntária, um caso especial da Teoria dos Jogos, com a premissa central de que a entidade irá divulgar informações favoráveis, ao mesmo tempo em que não evidenciará informações desfavoráveis. De qualquer modo, ambos os autores trabalham com a taxionomia dos trabalhos em Teoria da Divulgação, criada por Verrecchia (2001):

a) *Divulgação baseada na associação*: a principal característica desse tipo de pesquisa é o

estudo dos efeitos da divulgação nas mudanças das ações dos investidores, principalmente através do comportamento dos preços dos ativos em equilíbrio e do volume de negociação (SALOTTI E YAMAMOTO, 2005). Nestes trabalhos, a divulgação é considerada exógena, ou seja, ela não é uma das variáveis a serem explicadas (ROVER, 2009);

b) *Divulgação baseada em julgamento*: abrange as pesquisas que tentam explicar os motivos da divulgação, considerando o comportamento dos agentes que divulgam (empresas e/ou administradores) e dos que recebem (investidores ou mercado financeiro como um todo). Desse modo, o processo de divulgação é endógeno ao modelo de análise, e a informação já existe, sendo conhecida pela entidade divulgadora, o que a torna *ex post* em relação ao momento da divulgação (SALOTTI E YAMAMOTO, 2005; ROVER, 2009);

c) *Divulgação baseada na eficiência*: abrange pesquisas sobre quais configurações de divulgação são as preferidas, na ausência de conhecimento passado sobre a informação, isto é, a divulgação ainda não ocorreu e, portanto, pode ser caracterizada como sendo *ex ante*. Nesse caso, as ações dos agentes do mercado de capitais que maximizam a riqueza são endógenas (SALOTTI E YAMAMOTO, 2005).

Pela natureza do presente trabalho, a segunda categoria é que será apreendida nesta pesquisa. A escolha ou não pela divulgação de informações sendo explicada a partir da assimetria de informação da seleção adversa, na oferta de um ativo por um ofertante que possui informação completa sobre este e um comprador que não a possui. Conforme Verrecchia (2001), o resultado esperado desta situação é que as informações omitidas pelo ofertante serão interpretadas por um comprador, sob a hipótese das expectativas racionais, como informação desfavorável. O comprador, então, descontará o valor deste ativo até o ponto em que se torne vantajoso ao ofertante transmitir sua informação privada.

Para Rover (2009), a mesma lógica se aplica a um gestor de empresa, que procura maximizar o valor percebido pelo mercado de sua empresa. Ao mesmo tempo em que a divulgação de informação reduz a seleção adversa, e por conseqüente aumenta o valor percebido, existem custos decorrentes desta evidenciação que compreendem, principalmente, os custos de coleta, mensuração, verificação e publicação, e a divulgação, para os concorrentes, de informações privadas estratégicas.

Salotti e Yamamoto (2005) afirmam que enquanto uma parte da divulgação é obrigatória, tem-se também para os gestores uma parcela de informação não obrigatória. Deste modo, Rover (2009) ressalta sobre os motivos que levarão o gestor a divulgar ou não uma informação: se o objetivo de um gestor é maximizar o valor de mercado da empresa e existem custos associados à divulgação, esta ocorrerá quando o ponto de equilíbrio da divulgação da informação favorecer o valor de mercado da empresa, e não será divulgada a informação quando esta vier a reduzir o seu valor.

2.1.3 Teoria dos *Stakeholders*

A teoria dos *stakeholders*, desenvolvida por Freeman (1984), apresenta a idéia de que as empresas não possuem responsabilidades senão em relação aos acionistas.

A Teoria dos *Stakeholders* trata-se de uma abordagem administrativa que enfatiza o gerenciamento ativo do ambiente do negócio, dos relacionamentos entre os participantes, e a conseqüente promoção dos diferentes interesses da empresa. Ainda, aponta que a existência de longo prazo das empresas depende do suporte e aprovação dos *stakeholders*. Freeman (1984) definiu o termo *stakeholder* como “qualquer grupo ou indivíduo que afeta ou é afetado pelo alcance dos objetivos da empresa”. Assim, a principal tarefa nesse processo seria gerenciar e integrar os relacionamentos e os interesses de acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, comunidades e outros grupos, de modo a assegurar o sucesso da empresa a longo prazo (SILVEIRA ET AL., 2005). Deste modo, as atividades de uma organização seriam condicionadas pela aprovação dos *stakeholders*. A estratégia das empresas diante de seus *stakeholders* é que determinará o nível de sua evidenciação, sendo maior quanto mais ativa for esta política (ROVER, 2009).

2.1.4 Teoria da Legitimidade

O’Donovan (2002) argumenta que a teoria da legitimidade é baseada na idéia de que, para continuar a operar com sucesso, as empresas devem agir dentro de fronteiras que a sociedade

identifica como um comportamento socialmente aceito, ou seja, a existência das empresas depende da vontade da sociedade de permitir que elas continuem a operar. A grande probabilidade de trocas adversas na percepção da sociedade de como uma organização está agindo, opera como um fator de incentivo para os administradores tentarem gerenciar a legitimidade de sua empresa. Assim, conforme Sancovschi e Silva (2006), acontecendo uma ameaça presente ou potencial à legitimidade da empresa decorrente de um evento negativo, os administradores podem tentar mudar a percepção dos que estão do lado de fora, com o objetivo de aumentar a congruência entre as atividades da organização e a expectativa da sociedade.

De acordo com a teoria da legitimidade, a organização busca a condição na qual o seu sistema de valor esteja em conformidade com os valores do sistema social maior, do qual ela faz parte (LINDBLOM, 1994). Sendo assim, quando uma disparidade ocorre ou está preste a ocorrer entre esses dois sistemas de valor, há uma redução ou ameaça à legitimidade da organização.

Nesse contexto, Lindblom (1994) argumenta que a busca dos administradores por legitimar suas ações gera significativo impacto na forma e no conteúdo da evidenciação social corporativa. Segundo a autora, os administradores das empresas podem tentar alterar, por meio da divulgação de informações em seus relatórios anuais, as percepções sociais, as expectativas, ou os valores da sociedade como parte de um processo de legitimação. Baseados nestas idéias, alguns autores relacionaram a teoria da legitimidade à evidenciação social voluntária apresentada pelos administradores nos relatórios anuais.

Para Rover (2009), a incapacidade dos gestores em atingir a legitimidade das atividades das empresas leva a pressões de grupos na sociedade, que em última instância resultam em intervenção governamental, na forma de aumento de restrições legais, de regulação, de requerimentos de licenciamento, impostos etc. Os custos decorrentes destas restrições constituem o incentivo econômico pela busca contínua da legitimidade.

Dias Filho (2007), destaca, a partir de evidências empíricas, que a Teoria da Legitimidade tem contribuído para explicar e prever o crescimento de evidenciações voluntárias de conteúdo social e ambiental no Brasil. Os resultados de seu estudo sugerem que de fato as organizações utilizam a contabilidade não apenas como instrumento de apoio a decisões, mas também como meio de conquistar, manter e recuperar legitimidade no ambiente em que operam.

2.2 *Disclosure*

Segundo Gibbins, Richardson e Waterhouse (1990, p. 122), o *disclosure* pode ser definido como “a divulgação de informações contábeis quantitativas ou qualitativas, comunicada pela empresa pelos canais formais, como as demonstrações contábeis, ou informais, como o *site* da empresa, cujo objetivo é fornecer informações úteis aos usuários”.

O *disclosure* também pode ser entendido consoante o conceito dado por Iudícibus (2000, p.121):

um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

Niyama e Gomes (1996, p. 65) afirmam que *disclosure* trata-se da qualidade das informações de caráter financeiro e econômico sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que apresentam utilidade aos usuários das demonstrações contábeis para a tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Assim, percebe-se que o *disclosure* representa um importante meio de comunicação sobre o desempenho de uma empresa aos seus interessados, sejam eles acionistas, credores, órgãos de supervisão e controle, governo ou empregados (BENEDITTO, 2006). Por esta razão, o *disclosure* possui papel essencial na redução da assimetria de informação entre os gestores e aqueles que possuem interesses na empresa, especialmente investidores.

O conceito de *disclosure* apresentado por Murcia e Santos (2009) está relacionado ao conceito de transparência corporativa e realçam que a lógica é de que empresas com melhor *disclosure* são mais transparentes.

Nesta mesma linha de transparência, tem-se o apontado por Iudícibus (2000, p. 123): “o objetivo da evidenciação e seus limites não são esclarecidos positivamente, mas expressos através da vaga frase: não tornar os demonstrativos enganosos”.

Dantas, Zendersky e Niyama (2004) ressaltam que o objetivo maior da Contabilidade se refere ao papel desempenhado pelo *disclosure*, ao evidenciar, pelas demonstrações contábeis, as informações necessárias para uma adequada interpretação da situação econômico-financeira da entidade.

Considerando-se esses objetivos da Contabilidade, há que se apontar o afirmado por Schaltegger e Burrit (2000, p.190): “*Disclosure* é o processo de incorporar elementos financeiros contábeis (recursos, obrigações, despesas e receita) no balanço, na demonstração de resultado, nas notas explicativas e demais demonstrações financeiras”.

Desta forma, tem-se que as empresas, de uma forma geral, proporcionam *disclosure* por meio de relatórios financeiros regulares, notas explicativas, relatórios gerenciais, bem como outros documentos exigidos por órgãos reguladores (BENEDITTO, 2006).

Rolim *et al.* (2010) concluíram que o *disclosure* deve ser compreendido como o próprio objetivo da contabilidade de buscar fornecer informações úteis para usuários com a intenção decisória, porém, com a preocupação adicional sobre o aspecto da qualidade dessas informações oferecidas. Ainda, eles acrescentam que o mercado, de uma forma geral, necessita que as empresas alvo de investimentos apresentem *disclosure* por meio de relatórios financeiros regulares, notas explicativas, relatórios gerenciais com análises e discussões de resultados e documentação exigida por órgãos reguladores. Isso pode ocorrer em prol de atender a uma obrigação legal, ou de reduzir a assimetria da informação contábil proveniente do problema de agência ou para obter a confiabilidade para novos investimentos.

O *disclosure* pode ser tanto compulsório quanto voluntário. Lima (2007) esclarece que o *disclosure* compulsório abrange os requerimentos de informações para registro das companhias abertas e as demais informações periódicas expedidas pelas comissões de valores mobiliários ou associações de cada país. Já o *disclosure* voluntário, para ele, envolve informações não obrigatórias por lei, mas que oferecem maior transparência para a empresa no âmbito corporativo.

No presente trabalho, o termo *disclosure* tem como sinônimo as expressões evidenciação e divulgação e se baseia na conceituação de *disclosure* dada por Schaltegger e Burrit (2000, p. 190). Tal fato se dá em virtude desta pesquisa analisar a evidenciação de alguns dos

elementos financeiros contábeis (obrigações decorrentes das contingências passivas) no balanço patrimonial, nas notas explicativas e outros relatórios integrantes das demonstrações contábeis.

A prática corrente de *disclosure* das empresas indicam uma tendência à se divulgar apenas as informações mínimas exigidas por lei e normas de contabilidade (Lont, 2002; Epstein e Palepu, 1999). Divulgações para além destas podem ser difíceis de serem encontradas (por exemplo, custo dos recursos humanos), por não estarem requeridas especificamente pelas normas de contabilidade.

Corroborando essa perspectiva, Liyanarachchi e Theivananthampillai (2005, p. 5) afirmam que a prática de divulgação da informação legalmente exigida (ou seja, uma política de divulgação mínima) pode ser mais fácil de ser encontrada do que uma prática que suporta divulgações adicionais para além do mínimo exigido por lei (ou seja, política de divulgação completa).

Dado que as empresas estão menos propensas às divulgações adicionais, Liyanarachchi e Theivananthampillai (2005) denotam que as empresas estão também menos propensas à divulgar informações detalhadas sobre os passivos contingentes. No entanto, acionistas e outros usuários externos das demonstrações financeiras de uma empresa são suscetíveis de exigirem informações sobre não somente a existência de passivos contingentes, por exemplo, mas, também, sobre detalhes a respeito do assunto em medida suficiente para lhes permitir tomar decisões sobre o impacto de tais responsabilidades em relação à saúde financeira da empresa.

Sobre a relevância do *disclosure* de passivos contingentes, Backmon e Vickrey (1997) concordam que a divulgação adicional sobre contingências de perda fornece informações úteis aos participantes no mercado de títulos.

Hackenbrack e Nelson (1996) apontam que onde as normas de contabilidade implicam, mas não exigem especificamente a divulgação de informações (por exemplo, o custo das vendas ou detalhes dos passivos contingentes), as empresas tendem a não divulgar informações adicionais. Acrescentam que se houverem incentivos suficientes para fazê-lo, os auditores tendem a interpretar as normas de forma agressiva a fim de justificar as opções de maior

disclosure e influenciam seus clientes a divulgarem mais informações.

Nesse aspecto, Watts e Zimmerman (1986) também conjecturaram que os auditores poderiam influenciar a quantidade de informações divulgadas. Vários autores teorizaram sobre a possibilidade de empresas de auditoria de grande porte promoverem a divulgação de maior quantidade de informações. Isto poderia ser devido a: (a) eles têm uma maior expertise nos aspectos mais inovadores (Mora e Rees, 1998), (b) eles tentam preservar sua reputação (Singhvi e Desai, 1971 e Firth, 1979) e (c) são menos sensíveis à perda de clientes e mais sensível às demandas potenciais (Malone *et al.*, 1993). No entanto, algumas evidências empíricas não sustentam a relação entre o tamanho da empresa de auditoria e a quantidade de informações divulgadas. Embora Craswell e Taylor (1992) e Giner (1997) tenham encontrado significativo relacionamento entre auditoria e divulgação, e Mora e Rees (1998) e Raffournier (1995) alguma influência por parte da auditoria; a grande maioria dos estudos de investigação têm rejeitado essa hipótese (McNally *et al.*, 1982;. Wallace *et al.*, 1994; Hossain *et al.*, 1994 e 1995;. Raffournier, 1995; Malone *et al.*, 1993 e Depoers, 2000).

Neste ponto, Lont (2002) contra-argumentou que as empresas e os auditores podem interpretar a falta de exigência de *disclosure* de algum item específico como razões para não se fazer tais divulgações.

Para Liyanarachchi e Theivananthampillai (2005), muitos parecem concordar com a gestão da empresa de que a informação que não é especificamente exigida pelas normas de contabilidade não precisa de ser divulgada.

Embora as normas de contabilidade exijam divulgações de informações suficientes e os usuários externos da Contabilidade careçam de mais informações, incluindo divulgações voluntárias (Epstein e Palepu, 1999), parece que as empresas divulgam o mínimo de informação possível e seus auditores tendem a não relevar.

2.3 Governança Corporativa

As necessidades informacionais aumentaram com o crescimento de operações de abertura de

capital e o movimento atual de aquecimento das aquisições, fusões, cisões, associações e incorporações ocorridas entre as instituições (SANTOS, 2009:17).

Existe grande expectativa da sociedade na busca de elementos que possam garantir uma maior estabilidade das empresas e que essa perenidade esteja baseada em elementos de confiança e credibilidade, o que remete à necessidade da presença de itens de governança corporativa.

As práticas de governança corporativa ou empresarial se desenvolveram, desde há pouco mais de uma década, para disciplinar essa relação. Embora as questões relacionadas à governança empresarial tenham como abrangência as decisões tomadas pelos executivos das organizações e o impacto no conjunto de *stakeholders*, sua utilização cotidiana tem se limitado a abordar o relacionamento entre o conselho de administração da empresa e os executivos.

Diversas são as definições utilizadas para governança corporativa, convergentes em torno de uma visão econômica da empresa. Essas definições pressupõem desde um caráter eminentemente normativo até algo próximo a uma definição de poder, defendendo um papel mais central na empresa para os proprietários.

Para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a governança corporativa é definida como “o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital.” (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2002).

O tema governança corporativa surgiu na agenda das organizações há pouco mais de uma década. Desde então, vem tendo crescente aceitação justificando, inclusive, estudos e propostas da OECD (Organização Econômica para a Cooperação e Desenvolvimento) e do Banco Mundial, dentre outros.

Na perspectiva do mercado, o apelo maior acontece pelo lado das melhores práticas de contabilidade e governança para a apresentação das demonstrações contábeis.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), governança corporativa é um sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os acionistas e os cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As

boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Conceitualmente, o IBCG aponta que a Governança Corporativa surgiu para superar o "conflito de agência", decorrente da separação entre a propriedade e a gestão empresarial. Nesta situação, o acionista delega a um agente especializado o poder de decisão sobre sua propriedade. No entanto, os interesses do gestor nem sempre estarão alinhados com os do proprietário, resultando em um conflito de agência ou conflito agente-principal.

A preocupação da Governança Corporativa é criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com o interesse dos acionistas.

Aguilera (2005) aponta que a Governança Corporativa provê vários mecanismos para assegurar que as empresas fluam de maneira efetiva e de forma a maximizar o retorno dos investidores e acionistas. Para tanto, Aguilera estabelece dois mecanismos de atuação. De um lado, o mercado externo do controle corporativo busca direcionar o comportamento gerencial em vistas de atender as expectativas do mercado e a legislação nacional, a qual impõe novas responsabilidades sobre os executivos corporativos, firmas de auditorias e administradores, buscando solucionar conflitos de interesses e aumento da prestação de contas da empresa. Por outro lado, o mercado interno do controle corporativo é outorgado aos diretores, que são por definição o mecanismo de governo interno que molda a governança da empresa, dado seus acessos diretos às duas outras ferramentas no triângulo da Governança Corporativa: gerentes e acionistas.

A boa Governança proporciona aos proprietários (acionistas ou cotistas) a gestão estratégica de sua empresa e a monitoração da direção executiva. As principais ferramentas que asseguram o controle da propriedade sobre a gestão são o conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA).

Licht (2002) define governança como normas e estruturas para exercer poder sobre outros interesses das pessoas, incluindo o uso e abuso de poder.

A empresa que opta pelas boas práticas de Governança Corporativa adota como linhas mestras a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade corporativa. Para tanto, o conselho de administração deve exercer seu papel, estabelecendo estratégias para a empresa, elegendo e destituindo o principal executivo, fiscalizando e avaliando o desempenho da gestão e escolhendo a auditoria independente (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA).

A Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA apresenta Níveis Diferenciados de Governança Corporativa, cada nível representa segmentos especiais de listagem que foram desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, simultaneamente, o interesse dos investidores e a valorização das companhias. Atualmente, são cinco listagens diferenciadas pelo nível de Governança Corporativa no Mercado da BOVESPA: BOVESPA Mais, Novo Mercado, Nível 2, Nível 1 e Tradicional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA).

2.4 Contingências e Provisões Passivas

O FASB, em seu pronunciamento SFAS 5, define contingência como:

uma condição ou situação existente, um conjunto de circunstâncias envolvendo incerteza quanto a ganhos ou perdas possíveis... para uma empresa, que será finalmente dirimida quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A resolução da incerteza poderá confirmar a existência de um passivo.

Em julho de 1998, o Conselho do IASC aprovou a norma IAS 37, promovendo a normatização sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Pela primeira vez orientações detalhadas sobre contabilização de provisões estavam sendo dadas.

No Brasil, em 2005 a CVM publicou a Deliberação CVM no. 489/2005, onde estabeleceu critérios similares aos dados pela IAS 37 no tocante às provisões, almejando acompanhar o avanço normativo iniciado pelo IASC em 1998, regulando a contabilização e a divulgação de itens dessa natureza pelas empresas submetidas à este órgão.

Em 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em sintonia com o propósito de

convergência contábil aos padrões internacionais, emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 25, permitindo a correlação das normas brasileiras às normas definidas no IAS 37. A fidelidade do texto do CPC 25 ao texto do IAS 37 só não foi integral em razão de pouquíssimos ajustes realizados em prol de permitir maior clareza e objetividade ao tema. Contudo, todas as disposições contidas no pronunciamento do IASB foram atendidas.

Assim, desde a publicação do CPC 25, as empresas brasileiras devem observar este Pronunciamento Técnico, no tocante ao reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e contingências passivas.

O CPC, por meio do Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual, define passivo segundo seus aspectos essenciais, que são: (a) obrigação presente da entidade; (b) derivada de eventos já ocorridos; e (c) cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Hendriksen e Van Breda (1999) conceituam passivo segundo as mesmas considerações do CPC, ou seja, passivo é uma obrigação atual da entidade, decorrente de eventos passados, que exigirá sacrifícios futuros prováveis por meio da entrega de ativos ou prestações de serviços a uma ou mais entidades.

Colauto *et al.* (2009) apontam que para determinada obrigação seja considerada um passivo e venha a aparecer no Balanço Patrimonial de um entidade é preciso que antes ela seja reconhecida e mensurada.

O reconhecimento do Passivo requer a satisfação de três condições gerais: (a) satisfazer a definição de passivo; (b) a transação deve ser razoavelmente estimada; e (c) o elemento deve passar pelos testes de relevância. Cumpridas simultaneamente tais condições, poderá ser efetuado o registro contábil do passivo.

A norma contábil brasileira sobre contingência, promulgada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis por meio do CPC 25, estabelece que as provisões devem ser reconhecidas como passivos se (a) satisfazem a definição de passivo, (b) a probabilidade de ocorrência do evento futuro é relativamente elevada e (c) a perda contingente pode ser razoavelmente estimada.

Conforme a Deliberação CVM no. 489/2005, uma provisão é um passivo de prazo ou valor incertos.

Segundo o CPC 25 (2009), quando uma contingência não satisfaz os critérios de reconhecimento é tratado como contingência passiva. Isso decorre porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.

Conforme a Deliberação CVM no. 489/2005, uma contingência passiva é: (a) uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em demonstrações financeiras, mas divulgados em nota explicativa, caso a probabilidade de ocorrência do evento futuro seja apenas razoável. Também acrescentam que nenhuma referência precisará ser feita à contingência se for julgado que a probabilidade de sua ocorrência é remota.

Colauto *et al.* (2009, p. 115) apontam que as circunstâncias envolvendo incertezas é que caracterizam uma contingência, e acrescentam que o fato gerador da obrigação já deverá ter ocorrido.

Dentre as possibilidades, há casos em que se tem dúvida quanto ao momento de ocorrência da obrigação, ao valor do sacrifício futuro em termos financeiros e como e/ou quais informações devem ser divulgadas para atender às necessidades dos usuários externos.

Mesmo diante de incertezas, certas divulgações podem servir de alerta para os usuários das demonstrações contábeis. Assim, Kazenski () aponta que as perdas contingentes, cuja existência não é suficientemente provável, ou a sua mensuração não é suficientemente confiável para exigir reconhecimento no corpo das demonstrações contábeis, carece que haja divulgação de declarações em notas explicativas às demonstrações contábeis, ou no relatório

da administração, ou em ambos, se a sua probabilidade de existência é mais do que remota. Esse autor acrescenta que a natureza da contingência, a estimativa de possível perda, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, são necessárias às notas explicativas das demonstrações contábeis. Ainda, pondera que as divulgações deveriam ser estendidas às perdas que são "pouco prováveis", uma vez que exista alguma probabilidade de se gerar um impacto negativo sobre a posição financeira de uma empresa.

A IAS 37 e o CPC 25 têm por objetivo assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados às provisões e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas de modo a permitir aos usuários das demonstrações contábeis compreender a sua natureza, tempestividade e montante envolvido.

O processo contábil, relativo à apreensão de todos os passivos de uma entidade, exige o reconhecimento do ramo de negócios no qual atua, para identificar os riscos das suas ações e as contingências que provocam o surgimento de obrigações que deverão ser reconhecidas, mensuradas, registradas e divulgadas no momento da sua ocorrência (FARIAS, 2004).

Farias (2004) contribuiu com os estudos sobre os Passivos, nos aspectos relacionados à divulgação nas Demonstrações Contábeis, com enfoque nos Passivos Contingentes, visando ao aprimoramento das informações contábeis geradas pelas empresas. Os resultados de sua pesquisa indicaram que é grande o número de empresas que reconhecem o passivo contingente em seus balanços, sendo as contingências mais comuns as decorrentes de questões trabalhistas e tributárias, e as menos encontradas foram as de questões ambientais. Contudo, nem todas as empresas elaboram nota explicativa sobre o passivo contingente. Muitas notas explicativas não informaram sobre vários aspectos recomendados, como os critérios de avaliação das contingências, sua natureza, a probabilidade de ocorrência, o valor contábil no início e no fim do período, as provisões feitas e o valor baixado ou revertido do exercício.

Farias (2004, p. 80) aponta que a Contabilidade precisa gerar informações que demonstrem a posição econômica em períodos de tempo específicos, para tomada de decisões pelos seus usuários, e, assim, não pode aguardar que o evento futuro ocorra para reconhecer os efeitos econômicos gerados no patrimônio decorrentes do passivo contingente.

O passivo contingente é um dos elementos patrimoniais de maior dificuldade para a

Contabilidade, principalmente no que se refere à atribuição de valor (FARIAS: 2004, p. 80).

A Deliberação CVM no. 489/05 determina que o termo "ativo ou passivo contingente" seja usado para ativos e passivos que não são reconhecidos, por não atenderem aos critérios necessários ao seu reconhecimento. Se os critérios forem atendidos, tem-se um passivo ou um ativo.

Colauto *et al.* (2009, p. 116) ressaltam que quando a probabilidade de ocorrência de um ou mais eventos futuros for apenas possível ou remota, trata-se de uma contingência passiva que não deve ser reconhecida, mas divulgada por meio de notas explicativas ou quadros complementares. Os autores acrescentam que as contingências passivas devem ser periodicamente reavaliadas para determinar se a avaliação feita anteriormente continua válida. Ou seja, se em algum momento se tornar provável que uma saída de recursos será exigida para um elemento tratado anteriormente como contingencial, deverá ser constituída e reconhecida imediatamente a provisão contingencial no período em que ocorrer a alteração na estimativa da probabilidade.

Segundo a Deliberação da CVM no. 489/05, uma provisão deve ser reconhecida quando: uma entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida.

Portanto, uma entidade não deve reconhecer uma contingência passiva, pois não atende aos critérios estabelecidos para o seu reconhecimento. Esta é divulgada, a menos que sua probabilidade de ocorrência seja remota. Os critérios de divulgação estabelecem que para cada tipo de contingência passiva relevante na data do balanço deve ser indicado uma breve descrição da natureza da contingência passiva e, quando praticável: uma estimativa do efeito financeiro, mensurada de acordo com as instruções emanadas da CVM; uma indicação das incertezas relacionadas ao montante ou ao tempo de qualquer desembolso; e a possibilidade de qualquer reembolso (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, deliberação no. 489/05). A seguir um quadro-resumo que apresenta o tratamento a ser dado envolvendo contingências passivas:

Tipo de contingência Passiva	Probabilidade	Tratamento
Provável	- mensurável com suficiente segurança	Provisionar.
	- não mensurável com suficiente segurança	Divulgar.
Possível	Possível	Divulgar
Remota	Remota	Não divulgar.

QUADRO 1. Tratamento devido às contingências passivas.
Fonte: Deliberação CVM no. 489/05.

No mesmo entendimento, a NBC T 19.7 classifica passivo contingente como obrigação possível, resultante de eventos que já tenham ocorrido e cuja existência ainda deverá ser confirmada por eventos futuros não totalmente sobre o controle da entidade e uma obrigação presente também resultante de eventos passados, mas que não é provável uma saída de recursos econômicos ou o valor da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Neste último caso, a norma supra referida determina apenas a divulgação e o acompanhamento deste passivo, sendo vedado o seu reconhecimento contábil.

Ainda em referência à classificação de passivo contingente, encontramos na NBC T 19.7 a obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota, sendo que, neste caso, além de não ocorrer o reconhecimento da provisão, nenhuma divulgação é exigida.

Por último, a NBC T 19.7 também classifica o passivo contingente provável. Neste caso específico, é provável ou presume-se que ocorrerá uma saída de recursos para fazer frente à obrigação; tornando, então, obrigatória sua divulgação e o respectivo provisionamento. Neste momento, cabe ressaltar a necessidade concomitante de uma estimativa confiável desta obrigação. Somente com a reunião destes dois fatores a provisão deverá ser reconhecida.

2.5 Estudos Anteriores

Verrechia (2001), analisando a respeito da literatura sobre *disclosure*, afirma que não existe uma teoria bem integrada ou um modelo principal que leve a todas as pesquisas subsequentes.

Este autor caracteriza o momento atual da literatura sobre este assunto como “uma gama eclética de modelos econômicos altamente idiossincráticos, cada um deles buscando examinar uma pequena peça do quebra-cabeça total do *disclosure*”. Ele estudou a evidenciação voluntária das informações financeiras.

Verrecchia (2001, p. 97-98) estudou a literatura contábil e classificou as pesquisas sobre evidenciação em contabilidade em 3 categorias: pesquisas que investigam os efeitos do *disclosure* no comportamento dos investidores; pesquisas que investigam os incentivos dos gestores ou empresas para evidenciar determinadas informações e pesquisas que visam a descobrir os arranjos de evidenciação preferíveis. Verrecchia (2001) realiza uma análise crítica desses modelos e apresenta um modelo de sua autoria sugerindo a redução da assimetria informacional como um ponto de partida para a integração da eficiência da escolha da evidenciação, dos incentivos do *disclosure* e da endogeneidade do mercado de capitais.

Dye (2001) realizou uma análise crítica do trabalho de Verrecchia (2001) e da literatura por ele utilizada. O autor apresenta uma avaliação das tendências recentes na literatura sobre *disclosure* e conclui que a maioria das pesquisas está firmada em velhos modelos ou assertivas que não correspondem à concepção do mundo real, tendo uso limitado para estudos empíricos.

O estudo realizado por Backmon e Vickrey (1997) examinou a relação entre prêmios de risco e divulgações de contingências de perda usando uma amostra de emissões de títulos novos a partir do período 1984-1991. Os resultados sugeriram, em termos econômicos, que o aumento de uma unidade no nível de gravidade de uma divulgação de contingência aumenta o prêmio de rendimento em 0.034 pontos percentuais. Da mesma forma, cada contingência adicional relatado pela empresa, durante o período de amostragem, aumentou o prêmio de produtividade em 0,305 pontos percentuais. As análises anteriores implicaram que as informações derivadas do relatório anual pode fornecer informações úteis sobre aumentos de risco devido à existência de contingências de perda. De uma perspectiva global, os resultados tendem a apoiar ações recentes tomadas por órgãos normalizadores (por exemplo, o FASB e a SEC) para exigir divulgações adicionais referentes a contingências de perdas. Os resultados de Backmon e Vickrey (1997), em combinação com os resultados de estudos anteriores, também são consistentes com a visão de que requisitos de informação existentes fornecem informações úteis sobre contingências de perda para cada um dos grupos de usuários

primários (ou seja, os investidores e credores) identificados pelo FASB.

Na Nova Zelândia, Liyanarachchi e Theivananthampillai (2005) estudaram a divulgação de informações mínimas exigidas por lei e normas de contabilidade. Para eles, o nível de *disclosure* coloca em realce a equidade das demonstrações financeiras das empresas. Pelo artigo, os resultados experimentais indicam que na medida em que os usuários podem avaliar as decisões da empresa, eles influenciam as políticas de divulgação corporativa, que incluem o mínimo de informação legalmente exigida até certas divulgações adicionais. Sem dúvida, um grande re-pensar sobre o que constitui um adequado nível de *disclosure* é essencial para mudar o *status quo* da divulgação atual. Neste contexto, eles concluem que o papel da educação em Contabilidade tem muito potencial para iniciar tal re-pensar. Para este efeito, o papel do ensino deve identificar a relevância de duas medidas: os alunos de Contabilidade precisam ser incentivados (a) reconhecer a importância da precisão relativa das normas de contabilidade e (b) reconhecer a relevância e importância dos debates atuais sobre o *disclosure* das empresas e noções como lealdade ao avaliar a adequação das divulgações corporativas.

Albert, Briones e Cardoso (2002) concentraram nos estudos sobre os fatores determinantes das estratégias de informação de empresas espanholas. A amostra foi composta por 68 empresas não-financeiras, e as informações divulgadas por elas foram medidas por meio de um índice construído tem como base as informações obrigatórias e voluntárias divulgadas em seus relatórios anual e da administração. Procurou-se explicar os índices por meio das principais teorias e variáveis incluídas na literatura. Os resultados mostraram que as informações divulgadas parecem ser incompletas e, em alguns casos, superficiais. Com relação aos fatores determinantes, as variáveis mais influentes foram o tamanho, quantidade de provisões, e percentagem de financiamento bancário dividido pelo total ativos. Teoria da agência, teoria do custo proprietário, variáveis indicadoras de necessidade de informações e tamanho da empresa de auditoria não explicaram a estratégia de divulgação.

No contexto brasileiro, tem-se também o desenvolvimento deste assunto. Oliveira e Ponte (2004) mostraram o grau de evidenciação das demonstrações contábeis tradicionais nas sociedades anônimas brasileiras quanto às informações de natureza avançada e não obrigatória.

Nossa (2002) realizou estudo com o objetivo de investigar o nível de *disclosure* de informações ambientais apresentado pelas empresas do setor de papel e celulose. Foi feita Análise de Conteúdo dos relatórios ambientais das maiores empresas brasileiras deste setor. Os achados sustentam a tese de que o *disclosure* de informações ambientais apresentado diverge entre as companhias com relação ao tamanho da empresa, ao país de localização e ao tipo de relatório, mostrando-se ainda mais vago em relação ao nível de confiabilidade e comparabilidade das informações.

Oliveira e Ribeiro (2003) analisaram a evolução da evidenciação das informações de natureza ambiental em uma seqüência de três anos da empresa Petrobrás, concluindo que a cada ano a empresa vem evidenciando mais informações, embora todas em notas explicativas, ou seja, não passando pela mensuração e reconhecimento de seus efeitos no patrimônio da empresa.

Segundo Dantas, Zendersky e Niyama (2004), diversos estudos têm evidenciado os benefícios, para as organizações, de um maior nível de evidenciação contábil, e vários outros demonstram a relutância das empresas em aumentar o nível de *disclosure*. Diante dessa realidade, os autores realizaram estudo com o objetivo de discutir essa aparente dualidade, procurando destacar os diversos conceitos relacionados com o tema e utilizando as conclusões de pesquisas empíricas desenvolvidas em âmbitos nacional e internacional para dar suporte às argumentações teóricas.

Darós e Borba (2004) realizaram estudo sobre as formas de evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis divulgadas no Brasil. Os autores constataram que a grande maioria das empresas não atende às determinações da CVM, nem evidencia de forma clara, concisa e objetiva as informações referentes às suas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de verificar o nível de utilização dos conceitos de evidenciação do passivo pelas empresas brasileiras, Luiz, Santana e Ricardinho Filho (2004) analisaram as demonstrações contábeis das dez primeiras empresas classificadas pelo Prêmio Transparência ANEFAC/FIPECAFI/SERASA 2003. Os autores concluíram que as empresas brasileiras ainda evidenciam o passivo de forma tradicional, ou seja, levando preponderantemente em consideração o passivo referente às obrigações legais.

Carvalho *et al* (2004) analisaram os reflexos da adoção dos conceitos e práticas de governança corporativa na evidenciação das informações contábeis por empresas do setor de papel e celulose, concluindo que apesar de as empresas desse setor estarem sujeitas a uma maior exigência do mercado em evidenciar de maneira transparente suas informações contábeis e de governança, ainda não alcançaram o nível ideal de divulgação de acordo com os conceitos nacionais e internacionais.

Como se pode observar, as pesquisas no Brasil tratam não só das informações contábeis tradicionais, mas também de outras que têm sido consideradas importantes para o processo decisório dos *stakeholders*, tanto internos quanto externos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Estratégias de Pesquisa

A abordagem metodológica utilizada possui características de pesquisa positiva, uma vez que está baseada em evidências empíricas. Por meio de investigação empírico-analítica buscou-se responder à questão delineada na pesquisa.

Para a realização desta pesquisa utilizou-se, como estratégias (a) a pesquisa bibliográfica, para a condução teórica do assunto e (b) a pesquisa documental, uma vez que se utiliza de documentos como fonte de dados, informações e evidências. Para analisar os dados foi utilizada a análise de conteúdo, uma vez que esta permite a inferência confiável de dados e informações com respeito a determinado contexto, a partir do discurso estudado (MARTINS E THEÓPHILO, 2007).

3.2 Critério para Escolha das Empresas Objeto de Estudo

A população foi composta pelas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa em junho de 2011. A amostra foi composta pelas empresas que apresentaram itens de contingências em suas demonstrações contábeis do exercício de 2010. As demonstrações contábeis de 2010 foram a base para se apontar o nível de *disclosure* das provisões e contingências passivas.

As companhias do Novo Mercado possuem a característica de, voluntariamente, adotarem práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação e, obrigatoriamente, elaborarem demonstrações contábeis ou demonstrações consolidadas, conforme previsto nos padrões internacionais IFRS. Até 09/05/2011, a adoção desse critério de divulgação obrigatório deveria ocorrer, no máximo, a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a obtenção pela Companhia de autorização para negociar no Novo Mercado os valores mobiliários por ela emitidos. A

partir de 10/05/2011, a apresentação dessas demonstrações contábeis deverá ocorrer a partir da primeira divulgação de demonstração financeira, anual ou trimestral, que se realizar após o início de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no Novo Mercado.

Assim, a população alvo do presente estudo está composta por 122 (cento e vinte e duas) companhias que fazem parte do Novo Mercado da Bovespa, conforme informações disponíveis no sítio eletrônico da BM&FBovespa em 30 de junho de 2011. Dessas, 04 (quatro) empresas não possuíam as demonstrações contábeis do exercício findo em 2010 disponíveis no sítio eletrônico da BM&FBovespa, nem em seus próprios *sites*. São elas: Brasilagro, Cosan, São Martinho e Tereos. Ainda, a empresa Ecorodovias apresentou suas demonstrações contábeis, porém, as notas explicativas estavam inacessíveis. Os demonstrativos também não estavam disponíveis no *site* da companhia. Tal fato impossibilitou a inclusão desta empresa na análise.

Ademais, dentro da população alvo foram encontradas algumas companhias que não preencheram o requisito básico da pesquisa, uma vez que informaram não configurarem em nenhum processo judicial ou administrativo cuja expectativa de perda seja provável ou remota. Ou seja, não possuem passivos contingenciais prováveis, nem possíveis constituídos. São 06 (seis) as empresas nesta condição: HRT Petróleo, Multiplus, OGX Petróleo, OSX Brasil, Redentor e Tarpon Inv.

Neste cenário, 111 (cento e onze) é o número de empresas que compõem a amostra desta pesquisa, conforme apresentado no Quadro 2.

Uma vez definida a população do estudo e identificadas as empresas que integraram a amostra, a próxima etapa foi a coleta de dados/informações referentes às contingências.

Razão Social	Nome de Pregão	Razão Social	Nome de Pregão
ALIANSCÉ SHOPPING CENTERS S.A.	ALIANSCÉ	JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.	JHSF PART
ALL AMERICA LATINA LOGÍSTICA S.A.	ALL AMER LAT	JSL S.A.	JSL
AMIL PARTICIPAÇÕES S.A.	AMIL	RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A.	LE LIS BLANC
ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A	ANHANGUERA	LIGHT S.A.	LIGHT S/A
AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	AREZZO CO	LLX LOGÍSTICA S.A.	LLX LOG
AUTOMETAL S.A.	AUTOMETAL	LOCALIZA RENT A CAR S.A.	LOCALIZA
B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	B2W VAREJO	LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.	LOG-IN
BEMATECH S.A.	BEMATECH	MARISA LOJAS S.A.	LOJAS MARISA
BHG S.A. - BRAZIL HOSPITALITY GROUP	BHG	LOJAS RENNER S.A.	LOJAS RENNER
BMFBOVESPA S.A. BOLSA VALORES MERC FUT	BMFBOVESPA	LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.	LOPES BRASIL
BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.	BR BROKERS	LUPATECH S.A.	LUPATECH
BRASIL INSURANCE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A	BR INSURANCE	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	M.DIASBRANCO
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.	BR MALLS PAR	MAGAZINE LUIZA S.A.	MAGAZ LUIZA
BRAZIL PHARMA S.A.	BR PHARMA	MAGNESITA REFRACTÁRIOS S.A.	MAGNESITA SA
BR PROPERTIES S.A.	BR PROPERT	MARFRIG ALIMENTOS S/A	MARFRIG
BCO BRASIL S.A.	BRASIL	MAHLE-METAL LEVE SA	METAL LEVE
BRF - BRASIL FOODS S.A.	BRF FOODS	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	METALFRIO
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	BROOKFIELD	MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.	MILLS
CAMARGO CORREA DESENV. IMOBILIÁRIO S.A.	CC DES IMOB	MINERVA S.A.	MINERVA
CCR S.A.	CCR SA	MMX MINERACAO E METALICOS S.A.	MMX MINER
CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIV.	CETIP	MPX ENERGIA S.A.	MPX ENERGIA
CIA HERING	CIA HERING	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	MRV
CIELO S.A.	CIELO	NATURA COSMÉTICOS S.A.	NATURA
CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG	COPASA	ODONTOPREV S.A.	ODONTOPREV
CPFL ENERGIA S.A.	CPFL ENERGIA	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	OHL BRASIL
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	CR2	PDG REALTY S.A. EMPREEND E PARTICIPAÇÕES	PDG REALT
CREMER S.A.	CREMER	PORTO SEGURO S.A.	PORTO SEGURO
CSU CARDSYSTEM S.A.	CSU CARDSYST	PORTOBELLO S.A.	PORTOBELLO
CYRELA COMMERCIAL PROPERT S.A. EMPR PART	CYRE COM-CCP	PORTX OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.	PORTX
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREEND E PART	CYRELA REALT	POSITIVO INFORMÁTICA S.A.	POSITIVO INF
DIAGNOSTICOS DA AMÉRICA S.A.	DASA	PROFARMA DISTRIB PROD FARMACEUTICOS S.A.	PROFARMA
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	DIRECIONAL	CIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO	PROVIDENCIA
DROGASIL S.A.	DROGASIL	QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.	QGEP PART
DURATEX S.A.	DURATEX	QUALICORP S.A.	QUALICORP
BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL.VEG.S.A.	ECODIESEL	RAIA S.A.	RAIA
EMBRAER S.A.	EMBRAER	REDECARD S.A.	REDECARD
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	ENERGIAS BR	RENAR MACAS S.A.	RENAR
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	EQUATORIAL	RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.	RODOBENSIMOB
ESTACIO PARTICIPAÇÕES S.A.	ESTACIO PART	ROSSI RESIDENCIAL S.A.	ROSSI RESID
ETERNIT S.A.	ETERNIT	CIA SANEAMENTO BÁSICO EST SAO PAULO	SABESP
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	EVEN	SAO CARLOS EMPREEND E PARTICIPAÇÕES S.A.	SAO CARLOS
EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A.	EZTEC	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	SIERRABRASIL
FERTILIZANTES HERINGER S.A.	FER HERINGER	SLC AGRÍCOLA S.A.	SLC AGRÍCOLA
FIBRIA CELULOSE S.A.	FIBRIA	SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.	SPRINGS
FLEURY S.A.	FLEURY	TECNISA S.A.	TECNISA
GAFISA S.A.	GAFISA	TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.	TEGMA
GENERAL SHOPPING BRASIL S.A.	GENERALSHOPP	TEMPO PARTICIPAÇÕES S.A.	TEMPO PART
GRENDENE S.A.	GRENDENE	T4F ENTRETENIMENTO S.A.	TIME FOR FUN
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	HELBOR	TOTVS S.A.	TOTVS
HYPERMARCAS S.A.	HYPERMARCAS	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	TRACTEBEL
IDEIASNET S.A.	IDEIASNET	TRISUL S.A.	TRISUL
IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A	IGUATEMI	TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	TRIUNFO PART
INTERNATIONAL MEAL COMPANY HOLDINGS S.A.	IMC HOLDINGS	VALID SOLUÇÕES E SERV. SEG. MEIOS PAG. IDENT. S.A.	VALID
INDÚSTRIAS ROMI S.A.	INDS ROMI	VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	VIVER
IOCHPE MAXION S.A.	IOCHP-MAXION	WEG S.A.	WEG
JBS S.A.	JBS		

QUADRO 2. Lista das empresas da amostra da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2011).

3.3 Coleta dos Dados

A etapa de Coleta de Dados se constituiu em mapear as empresas que apresentaram itens de contingências em suas demonstrações contábeis do ano de 2010. Estas são as empresas que compuseram a amostra da pesquisa, por serem companhias possuidoras das características deste estudo. Para tanto, no período de 30 de junho a 05 de julho de 2011 buscou-se, nos documentos arquivados de cada empresa no *site* da BM&FBovespa, a presença de registros de provisões efetuadas nos balanços patrimoniais e menções de contingências passivas nas notas explicativas. Também foram analisados os relatórios da administração e pareceres dos auditores independentes para verificar a existência de divulgações sobre contingências e/ou menções pelos auditores.

A pesquisa está limitada às demonstrações contábeis de 2010 em virtude do foco desta pesquisa se centrar na adoção compulsória do Pronunciamento Técnico CPC 25 e isso ter ocorrido a partir de 01 de janeiro de 2010.

Preliminarmente, foi elaborada uma revisão bibliográfica sobre os principais temas relevantes ao desenvolvimento da pesquisa. Valendo-se da investigação bibliográfica, foi obtida a fundamentação teórico-metodológica do trabalho.

Como esta pesquisa se baseou em documentos como fonte de dados e evidências, a estratégia utilizada para a coleta de dados foi a pesquisa documental que, conforme Martins e Theóphilo (2007), emprega fontes primárias que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa.

Nesta pesquisa, a análise das demonstrações contábeis foi o necessário para cumprir o objetivo proposto nesta pesquisa, de identificar o nível de *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes apresentado pelas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa.

Segundo o CPC 25, as provisões devem ser reconhecidas como passivo. Daí a análise do balanço patrimonial. Já os passivos contingentes não são reconhecidos como passivo, por não satisfazerem os critérios de reconhecimento, mas devem ser divulgados em notas explicativas,

informando uma breve descrição do passivo contingente, o que também justifica a análise desta documentação.

3.4 Tratamento e Análise dos Dados

A análise de dados está presente em vários estágios da investigação científica, tornando-se mais formal após o encerramento do processo de coleta de dados. Sistemáticamente, concluído o processo de coleta de dados, o passo seguinte foi proceder à análise e à interpretação destes. Na análise de dados, Gil (1999) explica que o objetivo é organizá-los sistematicamente de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação.

Assim, as informações coletadas foram utilizadas na análise dos dados, onde procurou-se:

- a) Identificar as classes de contingências provisionadas e a relevância das mesmas em relação aos seus ativos.
- b) Analisar se as provisões reconhecidas no balanço patrimonial pelas empresas listadas no Novo Mercado da Bovespa atendem aos requisitos de reconhecimento estabelecidos pelos itens 14 ao 26 do Pronunciamento Técnico CPC 25, vigente no Brasil desde 2010. Para seu alcance, foram analisadas as variáveis referentes aos principais itens de reconhecimento, seguidos do número de empresas que efetivamente reconheceram tais itens em conta de passivo, obtendo-se, desta forma, a verificação do atendimento às normas de reconhecimento vigentes no Brasil.
- c) Analisar se as provisões e os passivos contingentes divulgados pelas empresas listadas no Novo Mercado da Bovespa atendem aos requisitos de divulgação estabelecidos pelos itens 84 ao 92 do Pronunciamento Técnico CPC 25, vigente no Brasil desde 2010. Para seu alcance, foram listadas, em tabelas, as variáveis referentes aos principais itens que deveriam ter sido divulgados, seguidos do número de empresas que efetivamente divulgaram tais itens nas suas notas explicativas, obtendo-se, desta forma, a verificação do atendimento às normas de divulgação vigentes no Brasil.

- d) Analisar os textos das notas explicativas, relatórios da administração e pareceres dos auditores externos em prol de avaliar o nível de *disclosure* das contingências das empresas pesquisadas. Para seu alcance foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo.
- e) Verificar a relação e a correlação entre tamanho da empresa – medido pelo tamanho do ativo total, o volume de contingências provisionadas e a quantidade de *disclosure* – medido pela quantidade de sentenças divulgadas, de todas as empresas pesquisadas.

3.5 Análise de Conteúdo

Berelson (1952) define análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto nas comunicações, tem por finalidade de interpretá-las”.

Bardin (2008, p.11) define análise de conteúdo como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos extremamente diversificados”.

Conforme Beuren (2008, p.137), “análise de conteúdo é um método de análise de dados que pode ser aplicado tanto para estudos qualitativos como nas investigações quantitativas”. Os procedimentos teriam caráter sistemático e quantitativo (BARDIN, 2008, p.38).

A análise de conteúdo busca a essência de um texto nos detalhes das informações, dados e evidências disponíveis enriquecendo a tentativa exploratória e aumentando a propensão à descoberta (SILVA *ET AL.*, 2005).

Conforme levantou Nossa (2002), para a utilização da análise de conteúdo é necessário fazer um planejamento e uma estruturação prévia. Conforme Silva *et al* (2005), vários autores trazem sugestões para o processo de análise do conteúdo e todos “frisam a necessidade de decompor o discurso para a análise e posterior reconstrução do significado, aprofundando a

visão e interpretação que os entrevistados têm da realidade estudada e as representações estabelecidas para certos conceitos e fenômenos”.

Martins e Theóphilo (2007, p. 96) afirmam que:

a análise de conteúdo compreende três etapas fundamentais:

- Pré-análise: coleta e organização do material a ser analisado.
- Descrição analítica: estudo aprofundado do material, orientado pelo (...) referencial teórico. Escolha das unidades de análise (a palavra, o tema, a frase, os símbolos etc). Essas unidades são juntadas segundo algum critério e definem as categorias. (...). Das análises de freqüências das categorias surgem quadros de referências.
- Interpretação inferencial: com os quadros de referência, os conteúdos (manifesto e latente) são revelados em função dos propósitos do estudo.

Para Laville e Dionne (1999), as etapas do processo de análise de conteúdo são o recorte de conteúdos, a definição das categorias analíticas e a categorização final das unidades de análise. Neste trabalho foram adotadas estas mesmas etapas, as quais estão brevemente descritas a seguir.

3.5.1 Recorte de Conteúdos

O recorte de conteúdos é a etapa na qual os relatos são decompostos para em seguida serem recompostos para melhor expressar sua significação. Os recortes devem alcançar o sentido profundo do conteúdo ou passar ao largo das idéias essenciais. Assim, os elementos recortados vão constituir as unidades de análise, que consistem em fragmentos do discurso manifesto como palavras, expressões, frases ou ainda idéias referentes a temas recortados. (LAVILLE E DIONNE, 1999).

Nesta etapa do processo o pesquisador vai inventariar as palavras, temas, frases, etc., formando unidades; em seguida, ele faz a classificação das unidades comuns, quando agrupa-se as unidades em suas categorias (MARTINS e THEÓPHILO, 2007).

Nesta pesquisa, buscou-se nos documentos as palavras vinculadas às contingências, como: provisão; contingência; passivo contingente; probabilidade de perda provável, possível, remota; ação judicial; demanda judicial; e palavras correlatas ou sinônimas.

Ressalta-se que para codificar as informações contingenciais foi utilizado o número de sentenças como unidade de registro. Assim, a partir de frases que fazem alguma menção à contingência fez-se a codificação e a quantificação do *disclosure* contingencial, além de classificar as sentenças de acordo com as categorias analíticas adotadas neste estudo.

3.5.2 Definição das Categorias Analíticas

A definição das categorias analíticas é a etapa em que os elementos de conteúdo que foram agrupados por parentesco de sentido irão se organizar em categorias analíticas. Uma possibilidade de procedimento é o pesquisador selecionar a priori as categorias apoiado em um ponto de vista teórico (LAVILLE & DIONNE, 1999).

Freitas e Janissek (2000) afirmam que as categorias devem se originar do documento objeto de análise ou de um certo conhecimento geral da área ou atividade na qual se insere. Neste estudo, o referencial teórico e a norma CPC 25 serviram de apoio para a construção das categorias de análises. Neste sentido, as categorias definidas para utilização nesta pesquisa estão assim distribuídas:

<p>a) <i>Informações sobre as provisões:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Detalhamento do agrupamento das provisões em classes, conforme a similaridade da natureza dos itens da obrigação. • Breve descrição da natureza da obrigação para cada classe de provisão. <p>b) <i>Impactos financeiros das provisões:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes. • Indicação de incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. • Valor de qualquer reembolso esperado. <p>c) <i>Valores contábeis de cada classe de provisão:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • No início e no fim do período. • Provisões adicionais feitas no período. • Valores utilizados durante o período. • Valores não utilizados revertidos durante o período. • O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto. <p>d) <i>Informações sobre os passivos contingentes:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Detalhamento do agrupamento dos passivos contingentes em classes, conforme a similaridade da natureza dos itens da contingência. • Breve descrição da natureza do passivo contingente para cada classe de contingência. <p>e) <i>Possíveis impactos financeiros dos passivos contingentes:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimativa do efeito financeiro. • Indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída. • Possibilidade de qualquer reembolso. <p>f) <i>Política da administração:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Declaração e reais intenções da política dos administradores sobre as provisões. • Declaração e reais intenções da política dos administradores sobre os passivos contingentes. <p>g) <i>Informações dos auditores:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação no parecer dos auditores independentes sobre as provisões. • Avaliação no parecer dos auditores independentes sobre os passivos contingentes. <p>h) <i>Outras informações contingenciais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Omissão de divulgação em virtude de prejuízo da posição da entidade em relação à alguma disputa com outras partes sobre os assuntos da provisão ou passivo contingente.
--

QUADRO 3. Categorias e Subcategorias Analíticas.

Fonte: Elaborado pela autora (2011).

3.5.3 Categorização Final das Unidades de Análises

Conforme Silva *et al.* (2005), a categorização final das unidades de análise “se refere a uma análise de reconsideração da alocação dos conteúdos e sua categorização a partir de um

processo iterativo característico do modelo circular da pesquisa qualitativa”. Esta etapa permite uma análise mais profunda dos recortes, considerando uma a uma as unidades à luz dos critérios gerais de análise, para escolher a categoria que convém melhor a cada uma.

Nossa (2002) apontou que “como base de mensuração ou contagem, algumas pesquisas têm utilizado palavras ou áreas de página”. Em sua pesquisa, Nossa optou como unidade de análise pela utilização da sentença ou da sentença por contexto para a codificação e para a quantificação do *disclosure*.

Similarmente, adotou-se o mesmo nesta pesquisa, ou seja, a utilização da sentença ou da sentença por contexto para a codificação e para a quantificação do *disclosure*.

Durante o desenvolvimento do estudo, foram consideradas as seguintes circunstâncias:

- a) se alguma sentença tem mais que uma classificação possível, ela deveria ser classificada para a categoria mais enfatizada na sentença;
- b) tabelas e gráficos que fornecem informações classificadas em alguma categoria deveriam ser interpretados como uma linha igual a um item de categoria atendido ou divulgado.

3.6 Tipos de *Disclosure*

De acordo com Nossa (2002), o tipo de *disclosure* pode ser definido como sendo a forma mediante a qual a informação é apresentada nos relatórios. A definição deste item em seu trabalho foi baseada nas pesquisas anteriores de Gray et al (1995), de Hackston & Milne (1996) e de Salomone & Galluccio (2001). Depois de Nossa (2002), Rover *et al.* (2008) e Rover (2009) utilizaram essa mesma classificação de evidência, que se dá pela utilização de quatro categorias para análise das informações: (a) **declarativa**: informação qualitativa expressa em termos descritivos; (b) **quantitativa monetária**: informação quantitativa expressa em números de natureza financeira; (c) **quantitativa não-monetária**: informação quantitativa expressa em números de natureza não-financeira; e (d) **quantitativa monetária e não-monetária**: informação quantitativa expressa em números de natureza financeira e não-financeira.

Os tipos de *disclosure* considerados nesta pesquisa são os mesmos adotados por Nossa (2002) (em consonância ao que foi desenvolvido por Gray *et al* (1995), de Hackston & Milne (1996) e de Salomone & Galluccio (2001)), apresentados no Quadro 4, a seguir:

0 - Quando nenhuma informação foi apresentada para aquela categoria;
1 - Declarativa : quando somente a informação qualitativa é apresentada e expressa em termos puramente descritivos;
2 - Quantitativa não-monetária : quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza não financeira;
3 - Quantitativa monetária : quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira;
4 - Quantitativa monetária e não-monetária : quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira e não-financeira.

QUADRO 4. Tipos de *Disclosure*.

Fonte: Nossa (2001).

3.7 Protocolo de Pesquisa

Os resultados da dissertação foram alcançados mediante os dados coletados nas Demonstrações Contábeis exercício de 2010 (Balanço Patrimonial, Notas Explicativas, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Externos), abrangendo a análise descritiva do *disclosure* contingencial consoante as exigências da norma do CPC 25.

Os dados extraídos dos documentos foram distribuídos em tabelas segregadas pelas categorias analíticas, que computavam a quantidade de sentenças por empresa e por tipo de *disclosure*. Ao final da análise de conteúdo, foi possível obter a quantidade total de sentenças por empresa, por tipo de *disclosure* e foi possível acumular as informações para toda a amostra. Em seguida, procedeu-se à descrição dos dados.

Na parte descritiva estão apresentadas as análises das categorias analíticas, individualizadas pelas as características da informação contingencial (evidência e localização). Posteriormente, expõem-se os resultados da análise comparativa, com o intuito de se evidenciar o nível de *disclosure* das empresas.

3.8 Restrições e Limitações do Estudo

É relevante mencionar que apesar dos critérios metodológicos estabelecidos, esta pesquisa possui algumas restrições e limitações.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que a evidenciação voluntária de informações contingenciais pode não ser uma avaliação representativa da performance administrativa da empresa. Nesta ótica, a presente dissertação não pretende estabelecer essa relação. Afinal, muitas empresas podem possuir uma postura administrativa ou civil correta e não divulgar qualquer informação. Por outro lado, outras empresas podem adotar posturas inadequadas perante sua comunidade e divulgar apenas as informações boas.

Quanto à seleção de empresas, esta envolveu apenas as listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. Logo, os resultados não devem ser generalizados para outras empresas ou segmentos.

Do mesmo modo, foram analisadas as demonstrações contábeis disponibilizadas eletronicamente das empresas que compunham a listagem do Novo Mercado na data em que ocorreu a seleção da população e amostra, a saber, em 30 de junho de 2011. Partiu-se do pressuposto que tais empresas já se encontravam neste segmento em 31 de dezembro de 2010 ou, se alguma ainda não fazia parte deste segmento, foi considerado que já se adequava às práticas de boa governança, uma vez que pretendia adentrar brevemente em tal mercado. Tal limitação é decorrente da BM&FBovespa não tornar pública a informação sobre a data em que uma empresa adentra para qualquer um de seus segmentos.

Ainda, enfatiza-se que os resultados obtidos na pesquisa restringem-se às informações apresentadas pelas empresas nos relatórios do exercício social de 2010. Portanto, os resultados não são generalizáveis a outros períodos.

A técnica utilizada para coletar os dados também possui algumas limitações. Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo opera entre dois pólos: rigor da objetividade e fertilidade da subjetividade. Desta forma, com o intuito de reduzir a subjetividade, após a classificação das sentenças de acordo com a estrutura conceitual, foi feita uma revisão com a finalidade de

corrigir eventuais diferenças entre a classificação de sentenças semelhantes. Na mesma busca, é recomendável que o próprio pesquisador realize o levantamento e a classificação das informações, por ser esta uma oportunidade de aprimorar a estrutura conceitual de categorias. Ressalta-se que a própria autora procedeu à todas as etapas desta pesquisa, reduzindo as limitações decorrentes da técnica de análise de conteúdo.

Finalmente, a escolha de alguns fatores ou medidas utilizados nas análises foi realizada de maneira intencional a partir da revisão de literatura. Entretanto, outras também poderiam ser utilizadas a fim de operacionalizar as análises. Um exemplo de outra opção para representar o tamanho da empresa seria utilizar a receita bruta ou o valor de mercado da empresa no lugar do ativo total.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Considerações Preliminares

Neste capítulo estão descritos e analisados os dados coletados nas demonstrações contábeis de 2010 das 111 empresas analisadas e a análise de conteúdo.

Das 111 empresas analisadas, 03 companhias não apresentaram provisões para contingências reconhecidas em seus passivos, por não satisfazerem os critérios de reconhecimento, tendo por base a opinião dos seus consultores jurídicos e a avaliação de seus administradores, que consideraram a possibilidade de perda das causas judiciais e/ou administrativas como apenas possível. As 03 empresas são: BR Propert, MPX Energia e QGEP Part. Para estas, verificou-se somente a presença de passivos contingentes, que foram divulgados em notas explicativas, informando uma breve descrição do passivo contingente. Já outras 03 empresas apresentaram provisões, porém, informaram em nota explicativa não haver ações de risco possível e valores relevantes que requeiram divulgação. São estas: Autometal, BR Insurance e Grendene.

Dentre as 108 empresas que apresentaram provisões, pode-se verificar que a ocorrência das contingências se deu, segundo as suas naturezas, em decorrência de: (a) reclames trabalhistas, (b) litígios e reclamações cíveis, (c) questões tributárias, (d) questões regulatórias, (e) questões ambientais, (f) risco do negócio e, por fim, as classificadas como (g) outros riscos e encargos.

A quantidade de empresas em que incidem processos judiciais e/ou administrativos com característica de perda provável, distribuídas por classes de contingência segundo sua natureza, pode ser visualizada pelo Gráfico 1.

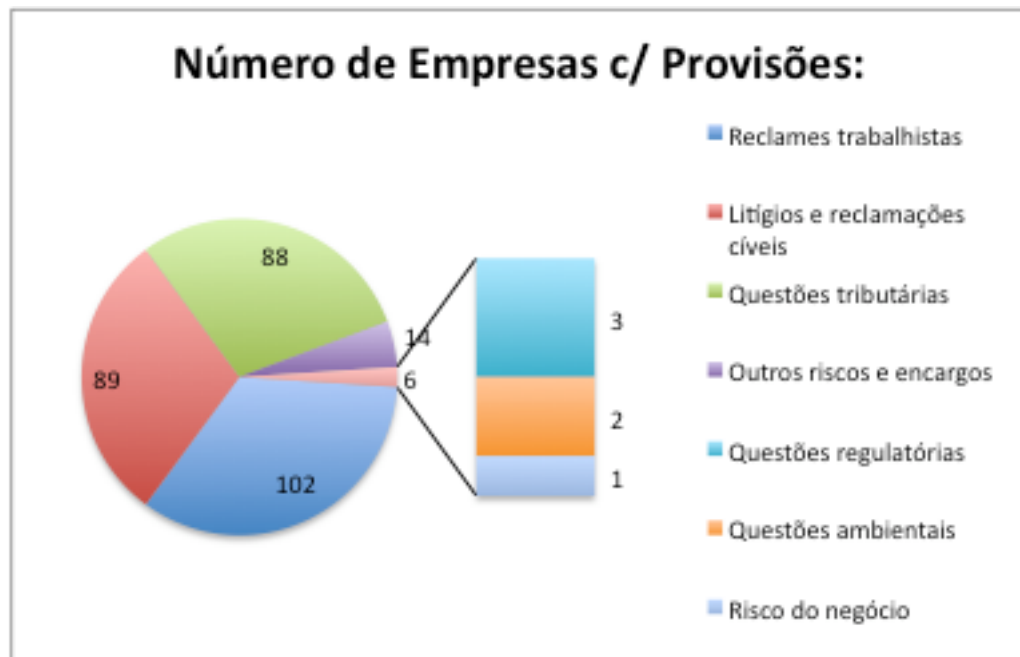


GRÁFICO 1. Número de empresas por classe de provisão.
Fonte: Elaborado pela autora (2011).

Grande parte das empresas que compõem a amostra e que reconheceram as provisões decorrentes de uma obrigação presente como resultado de um evento passado afirmaram terem constituído as provisões em montantes estimados, conforme a opinião dos seus consultores jurídicos, considerando números suficientemente confiáveis e próximos ao que será exigido como saída de recursos para liquidar a obrigação.

Já sobre a relevância dessas provisões reconhecidas pelas 108 empresas em seus Balanços Patrimoniais, em relação aos seus ativos, verificou-se que somente 03 companhias apresentaram números elevados, com percentual de contingência provável acima de 10% em relação ao ativo total. São as empresas: Cielo, Porto Seguro e CSU Cardsyst. Outras 09 empresas apresentaram valores provisionados em torno de 5% a 10% de seus ativos totais. A maior parte da amostra, 88% ou 96 empresas, apresentou provisões cuja relevância é abaixo de 5%. Esses dados de relevância das provisões podem ser confirmados pela Tabela 1.

	EMPRESA	Provisões - R\$	% s / Ativo	ATIVO TOTAL	EMPRESA	Provisões - R\$	% s / Ativo	ATIVO TOTAL
1	CIELO	523.633,00	13,88.	3.771.406,00	BR PHARMA	2.338,00	0,79.	294.193,00
2	PORTO SEGURO	1.953.596,00	13,20.	14.797.703,00	SPRINGS	21.235,00	0,79.	2.684.031,00
3	CSU CARDSYST	35.483,00	11,34.	312.851,00	ROSSI RESID	44.873,00	0,79.	5.697.116,00
4	TEMPO PART	47.220,00	8,25.	572.175,00	CIA HERING	6.959,00	0,78.	892.703,00
5	METAL LEVE	175.244,00	6,80.	2.578.157,00	JBS	322.427,00	0,72.	44.529.225,00
6	DASA	126.609,00	6,51.	1.944.939,00	LUPATECH	7.347,00	0,67.	1.102.665,00
7	SABESP	1.459.830,00	6,25.	23.350.584,00	VIVER	15.047,00	0,60.	2.524.188,00
8	ETERNIT	38.309,00	5,79.	661.078,00	TEGMA	3.469,00	0,58.	600.948,00
9	LIGHT S/A	551.897,00	5,75.	9.594.924,00	GENERALSHOI	6.210,00	0,53.	1.170.833,00
10	TIME FOR FUN	29.409,00	5,64.	521.083,00	LE LIS BLANC	1.424,00	0,52.	275.069,00
11	PORTOBELLO	31.844,00	5,61.	567.422,00	ALIANSE	10.986,00	0,50.	2.175.573,00
12	EQUATORIAL	156.854,00	5,12.	3.064.925,00	HELBOR	10.003,00	0,48.	2.099.216,00
13	MAGAZ LUIZA	182.021,00	4,63.	3.927.780,00	SIERRABRASI	10.906,00	0,47.	2.335.219,00
14	AMIL	207.526,00	4,54.	4.568.882,00	BR BROKERS	2.261,00	0,42.	536.130,00
15	ESTACIO PART	36.444,00	4,53.	804.536,00	TOTVS	5.876,00	0,42.	1.415.397,00
16	ODONTOPREV	41.249,00	4,52.	912.963,00	B2W VAREJO	12.811,00	0,40.	3.212.014,00
17	BEMATECH	19.520,00	3,75.	520.292,00	RAIA	4.181,00	0,38.	1.097.296,00
18	IGUATEMI	77.426,00	3,37.	2.294.331,00	PROFARMA	3.417,00	0,32.	1.070.574,00
19	LOJAS RENNER	81.642,00	3,32.	2.456.015,00	EZTEC	4.333,00	0,31.	1.381.471,00
20	VALID	26.275,00	3,26.	806.925,00	REMAR	610,00	0,30.	201.236,00
21	LOG-IN	36.301,00	3,17.	1.146.524,00	BR INSURANC	1.036,00	0,29.	354.070,00
22	LOJAS MARISA	61.125,00	2,97.	2.061.292,00	DROGASIL	2.330,00	0,25.	922.285,00
23	AUTOMETAL	43.037,00	2,84.	1.514.042,00	BIMBOVESPA	56.590,00	0,25.	22.633.975,00
24	NATURA	73.784,00	2,83.	2.609.022,00	TRISUL	4.124,00	0,23.	1.799.696,00
25	DURATEX	151.063,00	2,45.	6.170.867,00	OHL BRASIL	10.218,00	0,21.	4.821.477,00
26	IMC HOLDINGS	25.255,00	2,26.	1.115.508,00	FER HERINGEI	4.136,00	0,20.	2.022.844,00
27	M.DIASBRANCO	47.683,00	2,02.	2.361.609,00	JHSF PART	4.104,00	0,19.	2.146.714,00
28	MAGNESITA SA	94.140,00	1,89.	4.971.093,00	CCR SA	21.062,00	0,16.	12.767.531,00
29	QUALICORP	44.537,00	1,82.	2.453.131,00	CYRELA REAL	18.815,00	0,16.	12.042.561,00
30	CREMER	9.451,00	1,78.	531.750,00	GRENDENE	3.100,00	0,16.	1.999.297,00
31	BRF FOODS	488.620,00	1,76.	27.751.547,00	DIRECIONAL	2.510,00	0,15.	1.679.542,00
32	AREZZO CO	4.610,00	1,72.	268.156,00	METALFRIO	1.206,00	0,14.	888.811,00
33	WEG	126.384,00	1,68.	7.511.164,00	HYPERMARCA	13.459,00	0,13.	9.987.182,00
34	ALL AMER LAT	203.304,00	1,62.	12.519.836,00	PDG REALT	20.542,00	0,13.	15.386.410,00
35	SAO CARLOS	24.381,00	1,53.	1.592.521,00	CR2	910,00	0,11.	814.146,00
36	INDS ROMI	28.174,00	1,51.	1.861.192,00	MRV	7.440,00	0,11.	6.791.338,00
37	GAFISA	138.692,00	1,45.	9.549.554,00	LLX LOG	1.740,00	0,11.	1.600.208,00
38	CPFL ENERGIA	291.266,00	1,45.	20.056.805,00	REDECARD	24.962,00	0,11.	22.979.256,00
39	POSITIVO INF	23.650,00	1,45.	1.629.669,00	CYRE COM-CCI	1.150,00	0,09.	1.231.894,00
40	ECODIESEL	18.830,00	1,42.	1.321.802,00	PROVIDENCIA	1.240,00	0,09.	1.335.669,00
41	IOCHP-MAXION	28.918,00	1,39.	2.084.398,00	TECNISA	2.578,00	0,08.	3.135.070,00
42	MINERVA	34.978,00	1,33.	2.628.350,00	CETIP	2.083,00	0,08.	2.571.023,00
43	FLEURY	17.459,00	1,31.	1.328.168,00	EVEN	2.594,00	0,08.	3.218.235,00
44	LOCALIZA	42.547,00	1,27.	3.354.711,00	CC DES IMOB	1.505,00	0,06.	2.561.397,00
45	COPASA	91.465,00	1,25.	7.345.295,00	LOPES BRASIL	541,00	0,05.	985.351,00
46	FIBRIA	364.097,00	1,21.	30.163.492,00	RODOBENSIM	1.190,00	0,05.	2.171.424,00
47	MILLS	11.139,00	1,21.	924.093,00	PORTX	250,00	0,05.	552.541,00
48	TRACTEBEL	154.282,00	1,20.	12.850.288,00	IDEIASNET	215,00	0,04.	528.778,00
49	ENERGIAS BR	149.944,00	1,17.	12.810.115,00	SIC AGRICOLA	854,00	0,04.	2.430.073,00
50	JSL	33.277,00	1,14.	2.928.483,00	TRIUNFO PAR	1.015,00	0,03.	3.015.614,00
51	ANHANGUERA	30.801,00	1,05.	2.929.216,00	BHG	186,00	0,02.	801.340,00
52	BR MALLS PAR	110.530,00	1,05.	10.569.767,00	MMX MINER	841,00	0,02.	4.048.573,00
53	MARFRIG	223.686,00	0,99.	22.599.586,00	BR PROPERT			
54	EMBRAER	128.031,00	0,92.	13.981.014,00	MPX ENERGIA			
55	BRASIL	6.904.250,00	0,86.	802.819.794,00	QGEP PART			
56	BROOKFIELD	60.690,00	0,82.	7.435.973,00				

Não apresentaram provisões contingenciais.

4.2 Categorias Analíticas

Extraindo-se as informações apresentadas em todas as categorias para as 111 empresas analisadas, tem-se, em todos os documentos analisados, o total de 3.046 frases. Cada empresa apresentou, em média, 27,44 sentenças sobre suas contingências. As informações descritivas representaram 44% das sentenças, equivalente a 1.336 frases. Como informações quantitativas não-monetárias têm-se 9% do total ou 279 sentenças. As que apresentam dados monetários, ou seja, informações do tipo 3 e 4, foram 1431 sentenças (47%).

A seguir estão descritas as análises feitas por categoria.

4.2.1 Informações sobre as Provisões

Nesta categoria tem-se a divulgação do agrupamento das provisões em classes e a divulgação de uma breve descrição da natureza da obrigação para cada classe de provisão. O *disclosure* desta categoria se deu em notas explicativas e nas empresas pesquisadas foram encontradas 1.212 sentenças, distribuídas em duas subcategorias, conforme apresentado na Tabela 2:

CATEGORIA:	EMPRESAS COM <i>Disclosure</i>			EMPRESAS <i>SEM Disclosure</i>
	No SENTENÇAS	EMPRESAS	MÉDIA	
A) Informações sobre as provisões				
. Detalhamento do agrupamento das provisões em classes	99	82	1,21	29
. Breve descrição da natureza da obrigação p/ cada classe de provisão	1113	97	11,47	14

TABELA 2. Informações sobre as provisões.

Fonte: Elaborado pela autora (2011).

- **Detalhamento do agrupamento das provisões em classes:** 74% das empresas divulgaram esta informação, sendo que cada empresa apresentou em média 1,21 sentenças sobre este assunto. Este item não foi divulgado por 29 empresas, destas, apenas 3 empresas não possuíam contingência provável constituída.
- **Breve descrição da natureza da obrigação para cada classe de provisão:** Esta subcategoria representou o segundo item mais divulgado pelas empresas. Cada uma apresentou em média 11,47 sentenças sobre o assunto. A maioria das companhias (87%) evidenciou claramente uma breve descrição da natureza da obrigação para cada

classe de provisão. Este item não foi divulgado por 14 empresas, destas, apenas 3 empresas não possuíam contingência provável constituída.

Percebe-se que nem todas as provisões para riscos e encargos reconhecidas no balanço patrimonial possuíam uma adequada divulgação sobre sua natureza e pouco detalhamento do agrupamento em classes.

4.2.2 Impactos Financeiros das Provisões

Nesta categoria tem-se uma breve descrição sobre o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, a indicação de incertezas sobre valor ou o cronograma dessas saídas e o valor de qualquer reembolso esperado. O *disclosure* desta categoria se deu em notas explicativas e nas empresas pesquisadas foram encontradas apenas 65 sentenças, distribuídas em três subcategorias, apresentadas pela Tabela 3:

- **Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes:** Somente 2 empresas divulgaram esta informação, sendo que cada uma apresentou em média 5 sentenças sobre este assunto. Este item não foi divulgado por 109 empresas, destas, apenas 3 empresas não possuíam contingência provável constituída.
- **Indicação de incertezas sobre valor ou cronograma dessas saídas:** Esta subcategoria agrupa informações adequadas sobre as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros. O *disclosure* deste assunto foi divulgado por somente 7 empresas, representando 6% da amostra. Cada companhia informou em média 3,57 sentenças sobre este assunto. Deixaram de divulgar este item 104 empresas, destas, 3 empresas não possuíam provisão.
- **Valor de qualquer reembolso esperado:** Neste item foi declarado o valor de qualquer ativo que seja esperado por conta de reembolso. Essa divulgação foi feita por 13 empresas, sendo que cada uma informou em média 2,31 sentenças. Este item não foi divulgado por 98 empresas, destas, 3 empresas não possuíam provisão.

CATEGORIA	EMPRESAS COM <i>Disclosure</i>			EMPRESAS <i>SEM Disclosure</i>
	No SENTENÇAS	EMPRESAS	MÉDIA	
B) Impactos financeiros das provisões				
. Cronograma esperado de quaisquer saídas benefícios econ. Resultantes	10	2	5,00	109
. Indicação de incertezas sobre valor ou cronograma dessas saídas	25	7	3,57	104
. Valor de qualquer reembolso esperado	30	13	2,31	98

TABELA 3. Impactos financeiros das provisões.

Fonte: Elaborado pela autora (2011).

Percebe-se que nem todas as provisões para riscos e encargos reconhecidas no balanço patrimonial possuíam uma adequada divulgação sobre estimativas de cronogramas esperados de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes e pouca divulgação ocorreu sobre a indicação de incertezas sobre valores ou cronogramas esperados dessas saídas.

4.2.3 Valores Contábeis de Cada Classe de Provisão

Nesta categoria tem-se a divulgação da movimentação dos valores contábeis de cada uma das classes de provisão. A legislação não exige nenhuma informação comparativa, todavia, a grande maioria das companhias apresentaram os valores movimentados no exercício em questão, bem como os valores do ano anterior. A divulgação se deu em notas explicativas, mas não por sentenças. Foram utilizados quadros/tabelas apontando os valores para cada uma das rubricas a seguir:

- **Valor contábil no início e no fim do período:** 101 empresas divulgaram estes números, sendo este o assunto melhor informado dentre todas as categorias, presente em 91% da amostra. Tem-se que 10 empresas não apresentaram este *disclosure*, porém, , destas, 3 empresas não possuíam contingência provável constituída.
- **Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento nas provisões existentes:** Esta informação foi divulgada por 91 empresas, o que representou 82% da amostra. Este item deixou de ser divulgado por 20 empresas, sendo que 3 empresas não possuíam provisão.
- **Valores utilizados durante o período:** Esta subcategoria traz a informação dos valores incorridos e baixados contra a provisão. Foi divulgada por 83 empresas,

representando 75% do total. Tem-se que 28 empresas não apresentaram este *disclosure*, mas, destas, 3 empresas não possuíam contingência provável constituída.

- **Valores não utilizados revertidos durante o período:** Esta subcategoria representou 74% da amostra, uma vez que 82 empresas apresentaram esse assunto. Este item não foi divulgado por 29 empresas, destas, 3 empresas não possuíam provisão.
- **Aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto:** Menos da metade da amostra divulgou esta informação. Apenas 52 empresas informaram, representando 47% da amostra. Este item deixou de ser divulgado por 59 empresas sendo que, destas, 3 empresas não possuíam contingência provável constituída.

4.2.4 Informações sobre os Passivos Contingentes

Nesta categoria tem-se a divulgação do agrupamento dos passivos contingentes em classes e a divulgação de uma breve descrição da natureza do passivo contingente. O *disclosure* desta categoria se deu em notas explicativas e nas empresas pesquisadas foram encontradas 1.160 sentenças, distribuídas em duas subcategorias, apresentadas pela Tabela 4:

CATEGORIA	EMPRESAS COM <i>Disclosure</i>			EMPRESAS SEM <i>Disclosure</i>
	No SENTENÇAS	EMPRESAS	MÉDIA	
D) Informações sobre os passivos contingentes:				
. Detalhamento do agrupamento dos passivos contingentes em classes	35	29	1,21	82
. Breve descrição da natureza do passivo contingente para cada classe	1125	88	12,78	23

TABELA 4. Informações sobre os passivos contingentes.

Fonte: Elaborado pela autora (2011).

- **Detalhamento do agrupamento dos passivos contingentes em classes:** 26% das empresas divulgaram esta informação, sendo que cada empresa apresentou em média 1,21 sentenças sobre este assunto. Este item deixou de ser divulgado por 82 empresas, dentre as quais, 3 não tinham ações de risco possível.
- **Breve descrição da natureza do passivo contingente para cada classe:** Esta subcategoria foi representada por 79% da amostra, sendo 88 empresas em números absolutos. Cada empresa divulgou em média 12,78 sentenças. Este foi o assunto que

apresentou maior número de sentenças por empresa. Este item não foi divulgado por 23 empresas, porém, 3 não tinham ações de risco possível.

4.2.5 Possíveis Impactos Financeiros dos Passivos Contingentes

A menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, a legislação determina que a entidade deve divulgar, para cada classe de passivo contingente, na data do balanço, quando praticável, a estimativa do seu efeito financeiro, a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída e a possibilidade de qualquer reembolso. Nesta categoria tem-se a divulgação destes assuntos, cujo *disclosure* se deu em notas explicativas. Nas empresas pesquisadas foram encontradas 299 sentenças, distribuídas em três subcategorias, conforme Tabela 5:

- **Estimativa do efeito financeiro:** 87% das empresas divulgaram esta informação, a saber, 97 empresas. Cada uma apresentou em média 2,71 sentenças sobre este assunto. Este item deixou de ser divulgado por 17 empresas, porém, 3 não tinham ações de risco possível.
- **Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída:** Esta subcategoria foi representada por apenas 4 empresas que divulgaram em média 4,5 sentenças cada uma. Tem-se que 107 empresas não apresentaram este *disclosure*, das quais, 3 não tinham ações de risco possível.
- **Possibilidade de qualquer reembolso:** Neste item foi declarado o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta de reembolso esperado. Essa divulgação foi feita por 11 empresas, sendo que cada uma informou em média 1,64 sentenças. Este item não foi divulgado por 100 empresas, porém, 3 não tinham ações de risco possível.

CATEGORIA	EMPRESAS COM <i>Disclosure</i>			EMPRESAS SEM <i>Disclosure</i>
	No SENTENÇAS	EMPRESAS	MÉDIA	
E) Possíveis impactos financeiros dos passivos contingentes:				
. Estimativa do efeito financeiro.	263	97	2,71	14
. Indicação incertezas s/ valor ou momento de ocorrência qualquer saída	18	4	4,50	107
. Possibilidade de qualquer reembolso	18	11	1,64	100

TABELA 5. Possíveis impactos financeiros dos passivos contingentes.
Fonte: Elaborado pela autora (2011).

4.2.6 Política da Administração

Nesta categoria buscou-se a divulgação de alguma política adotada pela administração no tocante às contingências. Foram analisados os relatórios da administração de todas as companhias, porém, nestes documentos nada foi divulgado sobre o assunto. Menções sobre a política da administração, quando encontrada, se deu em notas explicativas, na nota sobre Políticas Contábeis. O *disclosure* desta categoria alcançou 72 empresas, que apresentaram 308 sentenças, distribuídas em duas subcategorias, demonstradas na Tabela 6:

- **Declaração e reais intenções da política dos administradores sobre as provisões:** 65% da amostra (72 empresas) divulgaram esta informação, sendo que cada empresa apresentou em média 3,9 sentenças sobre este assunto. Este item não foi divulgado por 39 empresas.
- **Declaração e reais intenções da política dos administradores sobre os passivos contingentes:** Esta subcategoria foi atendida por apenas 19 empresas, 17% da amostra, que divulgaram em média 1,3 sentenças cada uma. Tem-se que 92 empresas não apresentaram este *disclosure*.

CATEGORIA	EMPRESAS COM <i>Disclosure</i>			EMPRESAS SEM <i>Disclosure</i>
	No SENTENÇAS	EMPRESAS	MÉDIA	
F) Política da administração:				
. Declaração e reais intenções da política dos administ. s/ provisões.	283	72	3,93	39
. Declaração e reais intenções política dos admin. s/ passivos conting.	25	19	1,32	92

TABELA 6. Política da Administração.
Fonte: Elaborado pela autora (2011).

4.2.7 Informações dos Auditores Independentes

Por esta categoria buscou-se alguma menção no parecer dos auditores independentes a respeito das contingências.

Watts e Zimmerman (1986) afirmam que os auditores incorrem em custos quando assinam contratos com novos clientes e, assim, tendem a influenciar seus clientes a evidenciar o máximo de informação possível. Em alguns casos extremos, auditores também arcam com os

custos da não divulgação de determinada informação, ou custos de litígios envolvendo a evidenciação adulterada das Demonstrações Contábeis.

Pela análise, verificou-se que em nenhum dos pareceres dos auditores externos houve qualquer menção sobre itens das demonstrações contábeis analisadas relacionadas às provisões ou aos passivos contingentes. Assim, para esta categoria não houve divulgação em 100% da amostra.

4.2.8 Outras Informações Contingenciais

A legislação pondera que em casos extremamente raros, pode-se esperar que a divulgação de alguma ou de todas as informações exigidas pelas normas prejudique seriamente a posição da entidade em uma disputa com outras partes sobre os assuntos da provisão ou do passivo contingente. Em tais casos, a entidade pode optar por não divulgar as informações, apenas informar a natureza geral da disputa, juntamente com o fato de que as informações não foram divulgadas por esta justificativa.

- **Omissão de divulgação em virtude da possibilidade de prejudicar a posição da entidade em uma disputa com outras partes:** Somente 2 empresas divulgaram esta informação, sendo que cada uma apresentou 1 sentença sobre este fato. Tem-se que 109 empresas não apresentaram este *disclosure*.

4.3 Análise por Tipo de *Disclosure* e Itens de Divulgação

As análises por Tipo de *Disclosure* tiveram como parâmetro o número de sentenças, tanto para identificação quanto para quantificação do conteúdo, em conformidade à metodologia apresentada neste trabalho.

A Tabela 7 apresenta a quantidade de *disclosure* evidenciado pelas empresas pesquisadas, totalizando o número de sentenças por categorias e pelo tipo de *disclosure*. Estes dados referem-se ao somatório das 111 empresas analisadas.

Pela leitura da Tabela 7, tem-se que: do total de 3.046 sentenças, 1.336 (44%) correspondem a frases totalmente descritivas (Tipo 1). As informações quantitativas não-monetárias (Tipo 2) foram as menos evidenciadas, estando representadas por 279 frases, que correspondem a 9% do total. Já informações quantitativas expressas em números de natureza financeira (Tipo 3) foram divulgadas por 1.097 sentenças, que correspondem a 36% do total. E informações quantitativas expressas em números de natureza financeira e não-financeira (Tipo 4) foram apresentadas em 11% das sentenças, equivalentes a 334 frases.

Os resultados apurados evidenciam que o maior número de informações são de caráter quantitativos, expressando números de natureza financeira. Ainda é reduzido o *disclosure* descritivo e se apresenta sem muita uniformidade entre as empresas.

CATEGORIAS	Tipo de <i>Disclosure</i>				
	1	2	3	4	TOTAL
A) Informações sobre as provisões					
. Detalhamento do agrupamento das provisões em classes	92	1	6		99
. Breve descrição da natureza da obrigação para cada classe de provisão.	311	79	396	327	1113
B) Impactos financeiros das provisões					
. Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes.	2		8		10
. Indicação de incertezas sobre valor ou cronograma dessas saídas.	2	4	19		25
. Valor de qualquer reembolso esperado.	12		13	5	30
D) Informações sobre os passivos contingentes:					
. Detalhamento do agrupamento dos passivos contingentes em classes.	31		4		35
. Breve descrição da natureza do passivo contingente para cada classe.	544	195	386		1125
E) Possíveis impactos financeiros dos passivos contingentes:					
. Estimativa do efeito financeiro.	2		259	2	263
. Indicação de incertezas s/ valor ou momento de ocorrência qualquer saída.	18				18
. Possibilidade de qualquer reembolso.	12		6		18
F) Política da administração:					
. Declaração e reais intenções da política dos administradores s/ provisões.	283				283
. Declaração e reais intenções da política dos administradores s/ passivos conting.	25				25
G) Informações dos auditores:					
. Menção no parecer dos auditores independentes sobre as provisões.					0
. Menção no parecer dos auditores independentes sobre passivos contingentes.					0
H) Outras informações contingenciais:					
. Omissão de divulg. em virtude de prej. posição da entidade relação alg. Disputa	2				2
TOTAL DE SENTENÇAS.....	1336	279	1097	334	3046

TABELA 7. Sentenças por Tipo de *Disclosure*.

Fonte: Elaborado pela autora (2011).

Legenda – Tipo de *Disclosure*:

- (1) **declarativa:** informação qualitativa expressa em termos descritivos;
- (2) **quantitativa monetária:** informação quantitativa expressa em números de natureza financeira;
- (3) **quantitativa não-monetária:** informação quantitativa expressa em números de natureza não-financeira; e
- (4) **quantitativa monetária e não-monetária:** informação quantitativa expressa em números de natureza financeira e não-financeira.

A Tabela 8 apresenta, por categorias analíticas, os itens básicos requeridos pelo CPC 25 como informação a ser divulgada pelas empresas a respeito das contingências e a quantidade de empresas que atenderam a cada item em números absolutos e em percentuais. Também foi apontada a quantidade média de sentenças que cada empresa utilizou para fazer *disclosure* em cada categoria. Nota-se que os itens da categoria C não apresentam sentenças, pois são informações monetárias (Tipo 3) divulgadas em quadros demonstrativos.

As categorias com maior aderência das empresas, a respeito das provisões, são as que divulgam informações sobre as naturezas e classes de provisões e os valores da movimentação contábil de cada classe de provisão. A maior parcela da amostra atendeu à estes requisitos. Já informações sobre os impactos financeiros esperados em decorrência das contingências prováveis, pouca divulgação ocorreu, apresentando um nível muito baixo de *disclosure*, a saber, menos de 12% .

As categorias que evidenciam informações sobre os passivos contingentes foram atendidas pela grande parcela da amostra nos quesitos que divulgam sobre a natureza do passivo contingente e a estimativa do efeito financeiros destes passivos. Os demais itens também apresentaram baixo nível de *disclosure*.

No geral, as empresas que atenderam aos itens básicos do CPC 25, valeram-se de poucas sentenças. Apenas no tocante à uma breve descrição da natureza da contingência é que as empresas discorreram com maiores detalhes e relataram um pouco mais a respeito. Porém, para as provisões a média de sentenças foi de 11,47 e para os passivos contingentes a média foi de 12,78; números estes não muito elevados.

ITENS EXIGIDOS PELO CPC 25 - ATENDIMENTO GLOBAL			
CATEGORIAS	DIVULGAÇÃO		
	QUANT. EMPRESAS		MÉDIA
	No	%	SENTENÇAS
A) Informações sobre as provisões			
. Detalhamento do agrupamento das provisões em classes	82	73,87.	1,21
. Breve descrição da natureza da obrigação para cada classe de provisão.	97	87,39.	11,47
B) Impactos financeiros das provisões			
. Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes.	2	1,80.	5
. Indicação de incertezas sobre valor ou cronograma dessas saídas.	7	6,31.	3,57
. Valor de qualquer reembolso esperado.	13	11,71.	2,31
C) Valores contábeis de cada classe de provisão:			
. No início e no fim do período.	101	90,99.	-
. Provisões adicionais feitas no período.	91	81,98.	-
. Valores utilizados durante o período.	83	74,77.	-
. Valores não utilizados revertidos durante o período.	82	73,87.	-
. Aumento no valor descontado a valor presente pela passagem do tempo...	52	46,85.	-
D) Informações sobre os passivos contingentes:			
. Detalhamento do agrupamento dos passivos contingentes em classes.	29	26,13.	1,21
. Breve descrição da natureza do passivo contingente para cada classe.	88	79,28.	12,78
E) Possíveis impactos financeiros dos passivos contingentes:			
. Estimativa do efeito financeiro.	97	87,39.	2,71
. Indicação de incertezas s/ valor ou momento de ocorrência qualquer saída.	4	3,60.	4,5
. Possibilidade de qualquer reembolso.	11	9,91.	1,64
F) Política da administração:			
. Declaração e reais intenções da política dos administradores s/ provisões.	72	64,86.	3,93
. Declaração e reais intenções da política dos administradores s/ passivos conting.	19	17,12.	1,32
G) Informações dos auditores:			
. Menção no parecer dos auditores independentes sobre as provisões.	0	0,00.	0
. Menção no parecer dos auditores independentes sobre passivos contingentes.	0	0,00.	0
H) Outras informações contingenciais:			
. Omissão de divulg. em virtude de prej. posição da entidade relação alg. Disputa	2	1,80.	1

TABELA 8. Atendimento Global das Categorias Exigidas pelo CPC 25.
Fonte: Elaborado pela autora (2011).

4.4 Relação entre Tamanho da Empresa, Contingências e Divulgação

De acordo com a Teoria da Agência, gestores de empresas com maior nível de endividamento tendem a divulgar voluntariamente mais informações para satisfazer os credores e remover as suspeitas sobre a transferência de riqueza para os acionistas, de modo a reduzir seu custo de agência da dívida. Entretanto, se os credores tiverem outra forma de obter as informações, esta relação se torna incerta. Apesar disso, espera-se uma relação positiva entre volume de provisões e quantidade de *disclosure*.

Assim, os resultados da relação de quantidade de sentenças e a relevância do volume das provisões sobre os ativos das 10 empresas que mais divulgaram sentenças pode ser visualizando pelo Gráfico 2.

Tem-se que esta divulgação não é proporcional ao tamanho da contingência, nem inversamente proporcional. Percebe-se que entre a quantidade de sentenças divulgadas e a quantidade de provisões reconhecidas não há o desencadeamento de uma relação lógica, pois o valor percentual de provisões foi uniforme, porém, tem-se uma discrepância na quantidade de sentenças apresentadas por empresa. Assim, não foi devido à relevância de contingências que estas empresas divulgaram mais ou menos informações.

Estatisticamente, tem-se o coeficiente de correlação do número de sentenças e o valor das provisões equivalente a 0,3067. Este é um coeficiente significativo ao nível de 1% de probabilidade, mas percebe-se que pouca influência existe entre essas duas variáveis, o que aponta que o valor das provisões não determina a quantidade de sentenças divulgadas por uma empresa.

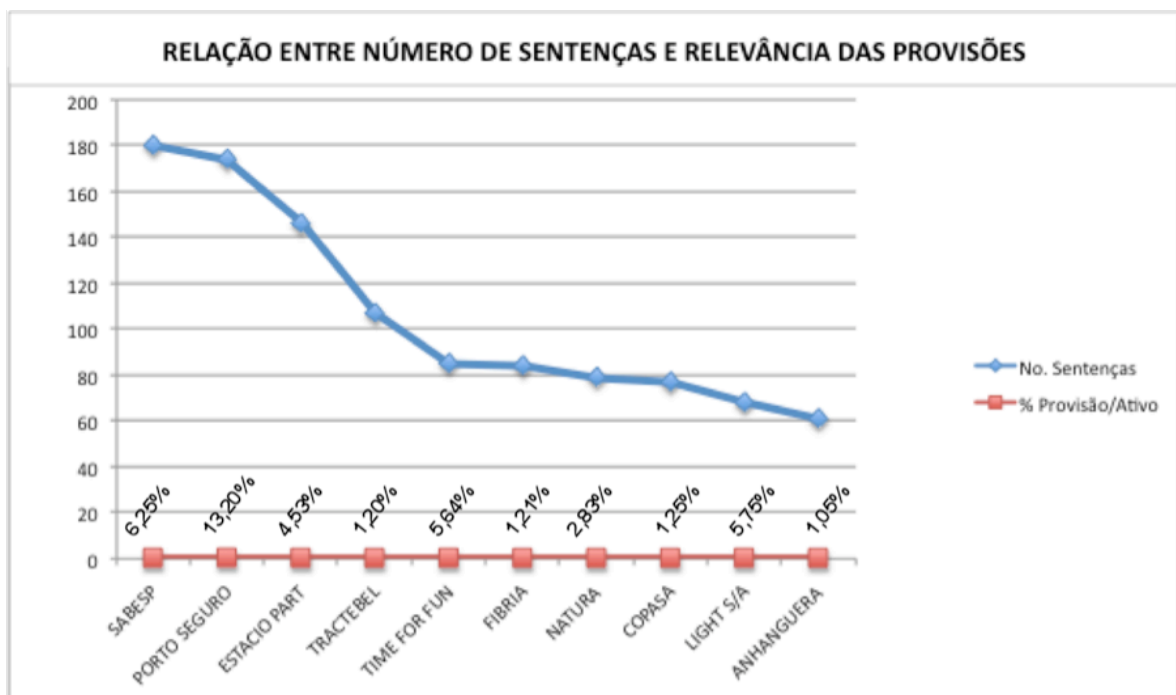


GRÁFICO 2. As 10 empresas com maior *disclosure* em relação ao seu Ativo Total.
Fonte: Elaborado pela autora (2011).

Em relação ao tamanho das empresas, baseado na hipótese dos custos políticos da Teoria Positiva da Contabilidade (WATTS; ZIMMERMAN, 1978), tem-se que grandes empresas têm um maior efeito sobre sua comunidade, um grupo maior de *stakeholders* que a influenciam, e conseqüentemente custos políticos devido a sua visibilidade perante a sociedade, o que poderia atrair a atenção do governo e do mercado como um todo.

Corroborando com esse pensamento, Firth (1979) sugere que empresas mais ‘visíveis’ aos olhos públicos tendem a evidenciar mais informações para aumentar sua reputação corporativa. Segundo Hackston e Milne (1996), a Teoria da Legitimidade também corrobora com a relação entre o tamanho e o *disclosure*. Além disso, Adams (2002) mostra que grandes empresas possuem processos mais formais, envolvendo mais pessoas na coleta e organização de informações, do que pequenas empresas, onde uma ou poucas pessoas não conseguem reunir a mesma quantidade de informações. Nesse sentido, por medida do tamanho da empresa empregou-se o Ativo Total e fez-se a comparação com a quantidade de divulgação de cada empresa, esperando-se uma relação positiva.

Estatisticamente, o coeficiente de correlação entre o número de sentenças e o valor do ativo total das empresas não foi significativo, cujo valor foi 0,0993. Esse valor muito pequeno indica que essas duas variáveis têm pouca influência uma sobre a outra.

Já o coeficiente de correlação entre o valor das provisões e o valor do ativo total foi equivalente a 0,9465. Este é um coeficiente significativo ao nível de 1% de probabilidade, e aponta que o volume de provisões de uma empresa pode ser influenciada pelo tamanho do seu ativo.

A Tabela 9 compara a quantidade de sentenças divulgadas, o valor de provisões reconhecidas, a relação percentual entre provisões e ativos, e o valor do ativo total para cada empresa.

	EMPRESAS	No. Sentenças	PROVISÕES		ATIVO TOTAL
			Total - R\$	% Provisão/Ativo	
1	SABESP	180	1.459.830,00	6,25.	23.350.584,00
2	PORTO SEGURO	174	1.953.596,00	13,20.	14.797.703,00
3	ESTACIO PART	146	36.444,00	4,53.	804.536,00
4	TRACTEBEL	107	154.282,00	1,20.	12.850.288,00
5	TIME FOR FUN	85	29.409,00	5,64.	521.083,00
6	FIBRIA	84	364.097,00	1,21.	30.163.492,00
7	NATURA	79	73.784,00	2,83.	2.609.022,00
8	COPASA	77	91.465,00	1,25.	7.345.295,00
9	LIGHT S/A	68	551.897,00	5,75.	9.594.924,00
10	ANHANGUERA	61	30.801,00	1,05.	2.929.216,00
11	ALL AMER LAT	59	203.304,00	1,62.	12.519.836,00
12	CREMER	59	9.451,00	1,78.	531.750,00
13	BRF FOODS	57	488.620,00	1,76.	27.751.547,00
14	MARFRIG	55	223.686,00	0,99.	22.599.586,00
15	JBS	54	322.427,00	0,72.	44.529.225,00

16	ENERGIAS BR	53	149.944,00	1,17.	12.810.115,00
17	M.DIASBRANCO	53	47.683,00	2,02.	2.361.609,00
18	REDECARD	50	24.962,00	0,11.	22.979.256,00
19	TOTVS	50	5.876,00	0,42.	1.415.397,00
20	BRASIL	49	6.904.250,00	0,86.	802.819.794,00
21	LOCALIZA	46	42.547,00	1,27.	3.354.711,00
22	BMFBOVESPA	45	56.590,00	0,25.	22.633.975,00
23	MAGAZ LUIZA	45	182.021,00	4,63.	3.927.780,00
24	FER HERINGER	44	4.136,00	0,20.	2.022.844,00
25	LUPATECH	43	7.347,00	0,67.	1.102.665,00
26	CIELO	42	523.633,00	13,88.	3.771.406,00
27	EQUATORIAL	41	156.854,00	5,12.	3.064.925,00
28	HYPERMARCAS	40	13.459,00	0,13.	9.987.182,00
29	VIVER	40	15.047,00	0,60.	2.524.188,00
30	BROOKFIELD	38	60.690,00	0,82.	7.435.973,00
31	EMBRAER	38	128.031,00	0,92.	13.981.014,00
32	MAGNESITA SA	38	94.140,00	1,89.	4.971.093,00
33	SIERRABRASIL	35	10.906,00	0,47.	2.335.219,00
34	CETIP	33	2.083,00	0,08.	2.571.023,00
35	FLEURY	33	17.459,00	1,31.	1.328.168,00
36	TECNISA	33	2.578,00	0,08.	3.135.070,00
37	TRIUNFO PART	32	1.015,00	0,03.	3.015.614,00
38	ECODIESEL	31	18.830,00	1,42.	1.321.802,00
39	LOJAS MARISA	31	61.125,00	2,97.	2.061.292,00
40	PORTOBELLO	30	31.844,00	5,61.	567.422,00
41	MMX MINER	29	841,00	0,02.	4.048.573,00
42	VALID	29	26.275,00	3,26.	806.925,00
43	MILLS	28	11.139,00	1,21.	924.093,00
44	CPFL ENERGIA	27	291.266,00	1,45.	20.056.805,00
45	CYRELA REALT	27	18.815,00	0,16.	12.042.561,00
46	ODONTOPREV	27	41.249,00	4,52.	912.963,00
47	GAFISA	26	138.692,00	1,45.	9.549.554,00
48	LLX LOG	26	1.740,00	0,11.	1.600.208,00
49	METAL LEVE	25	175.244,00	6,80.	2.578.157,00
50	QUALICORP	24	44.537,00	1,82.	2.453.131,00
51	DASA	23	126.609,00	6,51.	1.944.939,00
52	IOCHP-MAXION	23	28.918,00	1,39.	2.084.398,00
53	RAIA	23	4.181,00	0,38.	1.097.296,00
54	BR MALLS PAR	22	110.530,00	1,05.	10.569.767,00
55	ETERNIT	22	38.309,00	5,79.	661.078,00
56	LOG-IN	22	36.301,00	3,17.	1.146.524,00
57	B2W VAREJO	21	12.811,00	0,40.	3.212.014,00
58	MINERVA	21	34.978,00	1,33.	2.628.350,00
59	ROSSI RESID	21	44.873,00	0,79.	5.697.116,00
60	BEMATECH	20	19.520,00	3,75.	520.292,00
61	SLC AGRICOLA	19	854,00	0,04.	2.430.073,00
62	DURATEX	18	151.063,00	2,45.	6.170.867,00
63	JSL	18	33.277,00	1,14.	2.928.483,00
64	MRV	18	7.440,00	0,11.	6.791.338,00
65	POSITIVO INF	18	23.650,00	1,45.	1.629.669,00
66	TRISUL	18	4.124,00	0,23.	1.799.696,00
67	WEG	18	126.384,00	1,68.	7.511.164,00
68	AREZZO CO	17	4.610,00	1,72.	268.156,00

69	CSU CARDSYST	17	35.483,00	11,34.	312.851,00
70	INDS ROMI	17	28.174,00	1,51.	1.861.192,00
71	PROVIDENCIA	17	1.240,00	0,09.	1.335.669,00
72	QGEP PART	17	Sem provisão.		
73	SAO CARLOS	16	24.381,00	1,53.	1.592.521,00
74	IMC HOLDINGS	15	25.255,00	2,26.	1.115.508,00
75	LOJAS RENNER	15	81.642,00	3,32.	2.456.015,00
76	GENERALSHOPP	14	6.210,00	0,53.	1.170.833,00
77	AUTOMETAL	13	43.037,00	2,84.	1.514.042,00
78	DIRECIONAL	13	2.510,00	0,15.	1.679.542,00
79	JHSF PART	13	4.104,00	0,19.	2.146.714,00
80	MPX ENERGIA	13	Sem provisão.		
81	PROFARMA	13	3.417,00	0,32.	1.070.574,00
82	BHG	12	186,00	0,02.	801.340,00
83	CCR SA	12	21.062,00	0,16.	12.767.531,00
84	CIA HERING	12	6.959,00	0,78.	892.703,00
85	IGUATEMI	12	77.426,00	3,37.	2.294.331,00
86	LE LIS BLANC	12	1.424,00	0,52.	275.069,00
87	LOPES BRASIL	12	541,00	0,05.	985.351,00
88	BR BROKERS	11	2.261,00	0,42.	536.130,00
89	CC DES IMOB	11	1.505,00	0,06.	2.561.397,00
90	METALFRIO	11	1.206,00	0,14.	888.811,00
91	OHL BRASIL	11	10.218,00	0,21.	4.821.477,00
92	BR PHARMA	10	2.338,00	0,79.	294.193,00
93	DROGASIL	10	2.330,00	0,25.	922.285,00
94	GRENDENE	9	3.100,00	0,16.	1.999.297,00
95	HELBOR	9	10.003,00	0,48.	2.099.216,00
96	IDEIASNET	9	215,00	0,04.	528.778,00
97	PDG REALT	9	20.542,00	0,13.	15.386.410,00
98	SPRINGS	9	21.235,00	0,79.	2.684.031,00
99	TEMPO PART	9	47.220,00	8,25.	572.175,00
100	ALIANSCA	8	10.986,00	0,50.	2.175.573,00
101	RODOBENSIMOB	8	1.190,00	0,05.	2.171.424,00
102	TEGMA	8	3.469,00	0,58.	600.948,00
103	CYRE COM-CCP	7	1.150,00	0,09.	1.231.894,00
104	EZTEC	7	4.333,00	0,31.	1.381.471,00
105	RENAR	7	610,00	0,30.	201.236,00
106	AMIL	6	207.526,00	4,54.	4.568.882,00
107	BR INSURANCE	6	1.036,00	0,29.	354.070,00
108	CR2	6	910,00	0,11.	814.146,00
109	EVEN	6	2.594,00	0,08.	3.218.235,00
110	BR PROPERT	3	Semprovisão.		
111	PORTX	3	250,00	0,05.	552.541,00

TABELA 9. Relação Número de Sentenças x Provisões x Ativo Total.
Fonte: Elaborado pela autora (2011).

Pode-se observar que a empresa que possui o maior ativo, BRASIL, está na 20ª posição em relação ao nível de divulgação (número de sentenças) e possui provisões relativas em valores relativos a 1% do seu ativo total.

A empresa CIELO, que possui maior comprometimento de ativos devido às provisões de contingências, no percentual de 14%, está na 26ª posição em nível de *disclosure* e o seu total de ativos a classifica na 35ª maior empresa da amostra.

Já a companhia com maior nível de *disclosure*, sendo a que apresentou maior número de sentenças sobre as contingências, a SABESP, está classifica como a 7ª em % de provisão e a 5ª maior empresa em termos de ativo total.

Outra comparação a ser feita está representada pela Tabela 10. Foram destacadas as 3 empresas com maior nível de *disclosure*, as 3 maiores em relação % de provisão sobre seus ativos e as 3 maiores possuidoras de ativos. Mais evidente ficou a desconexão entre essas variáveis, demonstrando que, em matéria de *disclosure*, a motivação em tornar pública as informações contingenciais está além do impacto financeiro causado pela contingência, e tão pouco é influenciado pelo porte da companhia.

POSIÇÃO NO RANKING			
EMPRESA	MAIOR DISCLOSURE	MAIOR % PROVISÃO s/ Ativo	MAIOR ATIVO TOTAL
SABESP	1	7	5
PORTO SEGURO	2	2	11
ESTACIO PART	3	15	94
FIBRIA	6	46	3
JBS	15	61	2
BRASIL	20	55	1
CIELO	26	1	35
CSU CARDSYST	69	3	107

TABELA 10. Relação *Disclosure* x Provisões x Total de Ativos.

Fonte: Elaborado pela autora (2011).

A Tabela 11 apresenta a lista de empresas por ordem alfabética e as colunas apontam a posição de cada empresa em três *rankings* de classificação: (1) quantidade de sentenças divulgadas, (2) percentual de provisões em relação ao ativo total e (3) valor total do ativo. Ainda, cada empresa é comparada em relação ao percentual de atendimento ao CPC 25. A classificação como número 1 foi dada à empresa que apresentou a maior quantidade em cada categoria. Da mesma forma, de forma decrescente, o maior número foi dada à aquela que apresentou menor quantidade em cada um dos *ranking*.

ANÁLISE COMPARATIVA

	EMPRESAS	POSIÇÃO NO RANKING EM RELAÇÃO A			% ATENDIMENTO AO CPC 25	
		No SENTENÇAS	% PROVISÃO s/ Ativo	ATIVO TOTAL	Itens Provisão %	Itens Pas. Cont. %
1	ALIANSC	100	67	57	40.	0.
2	ALL AMER LAT	11	34	16	60.	0.
3	AMIL	106	14	32	40.	0.
4	ANHANGUERA	10	51	42	80.	1.
5	AREZZO CO	68	32	110	70.	0.
6	AUTOMETAL	77	23	72	50.	Sem Passivo Contingente
7	B2W VAREJO	57	72	38	70.	0.
8	BEMATECH	60	17	105	80.	0.
9	BHG	82	107	95	50.	0.
10	BMFBOVESPA	22	79	7	70.	1.
11	BR BROKERS	88	70	101	20.	0.
12	BR INSURANCE	107	77	106	50.	Sem Passivo Contingente
13	BR MALLS PAR	54	52	18	30.	0.
14	BR PHARMA	92	57	108	50.	0.
15	BR PROPERT	110	Sem provisão	29	Sem provisão	0.
16	BRASIL	20	55	1	60.	1.
17	BRF FOODS	13	31	4	70.	1.
18	BROOKFIELD	30	56	23	80.	1.
19	CC DES IMOB	89	100	49	60.	1.
20	CCR SA	83	84	15	60.	0.
21	CETIP	34	98	48	60.	0.
22	CIA HERING	84	60	90	60.	0.
23	CIELO	26	1	35	80.	0.
24	COPASA	8	45	24	60.	0.
25	CPFL ENERGIA	44	38	9	60.	0.
26	CR2	108	91	92	20.	0.
27	CREMER	12	30	102	70.	0.
28	CSU CARDSYST	69	3	107	70.	0.
29	CYRE COM-CCP	103	95	78	20.	0.
30	CYRELA REALT	45	85	17	30.	0.
31	DASA	51	6	65	60.	1.
32	DIRECIONAL	78	87	68	50.	0.
33	DROGASIL	93	78	88	70.	0.
34	DURATEX	62	25	27	70.	0.
35	ECODIESEL	38	40	77	50.	0.
36	EMBRAER	31	54	12	70.	0.
37	ENERGIAS BR	16	49	14	50.	1.
38	EQUATORIAL	27	12	40	70.	0.
39	ESTACIO PART	3	15	94	70.	0.
40	ETERNIT	55	8	96	60.	0.
41	EVEN	109	99	37	40.	0.
42	EZTEC	104	75	74	10.	0.
43	FER HERINGER	24	82	63	60.	1.
44	FIBRIA	6	46	3	80.	0.

45	FLEURY	35	43	76	70.	1.
46	GAFISA	47	37	21	70.	0.
47	GENERALSHOPP	76	65	79	50.	0.
48	GRENDENE	94	86	64	60.	Sem Passivo Contingente
49	HELBOR	95	68	60	50.	0.
50	HYPERMARCAS	28	89	19	10.	0.
51	IDEIASNET	96	104	103	10.	0.
52	IGUATEMI	85	18	56	70.	0.
53	IMC HOLDINGS	74	26	81	70.	0.
54	INDS ROMI	70	36	66	60.	0.
55	IOCHP-MAXION	52	41	61	70.	0.
56	JBS	15	61	2	10.	1.
57	JHSF PART	79	83	59	50.	0.
58	JSL	63	50	43	50.	0.
59	LE LIS BLANC	86	66	109	60.	0.
60	LIGHT S/A	9	9	20	70.	0.
61	LLX LOG	48	93	70	20.	1.
62	LOCALIZA	21	44	36	80.	0.
63	LOG-IN	56	21	80	90.	0.
64	LOJAS MARISA	39	22	62	70.	1.
65	LOJAS RENNER	75	19	51	70.	0.
66	LOPES BRASIL	87	101	86	60.	0.
67	LUPATECH	25	62	82	60.	1.
68	M.DIASBRANCO	17	27	54	60.	0.
69	MAGAZ LUIZA	23	13	34	80.	1.
70	MAGNESITA SA	32	28	30	70.	1.
71	MARFRIG	14	53	8	60.	1.
72	METAL LEVE	49	5	47	70.	0.
73	METALFRIO	90	88	91	40.	0.
74	MILLS	43	47	87	60.	0.
75	MINERVA	58	42	45	50.	0.
76	MMX MINER	41	108	33	40.	1.
77	MPX ENERGIA	80	Sem provisão	26	Sem provisão	1.
78	MRV	64	92	25	70.	1.
79	NATURA	7	24	46	70.	1.
80	ODONTOPREV	46	16	89	70.	0.
81	OHL BRASIL	91	81	31	60.	0.
82	PDG REALT	97	90	10	50.	0.
83	PORTO SEGURO	2	2	11	70.	0.
84	PORTOBELLO	40	11	99	70.	0.
85	PORTX	111	103	100	10.	0.
86	POSITIVO INF	65	39	69	30.	0.
87	PROFARMA	81	74	84	60.	0.
88	PROVIDENCIA	71	96	75	70.	0.
89	QGEP PART	72	Sem provisão	85	Sem provisão	1.
90	QUALICORP	50	29	52	50.	0.
91	RAIA	53	73	83	70.	1.
92	REDECARD	18	94	6	50.	0.
93	RENAR	105	76	111	40.	0.
94	RODOBENSIMOB	101	102	58	50.	0.
95	ROSSI RESID	59	59	28	60.	0.

96	SABESP	1	7	5	80.	1.
97	SAO CARLOS	73	35	71	80.	0.
98	SIERRABRASIL	33	69	55	70.	1.
99	SLC AGRICOLA	61	105	53	60.	0.
100	SPRINGS	98	58	44	40.	0.
101	TECNISA	36	97	39	60.	1.
102	TEGMA	102	64	97	20.	1.
103	TEMPO PART	99	4	98	70.	0.
104	TIME FOR FUN	5	10	104	80.	0.
105	TOTVS	19	71	73	70.	0.
106	TRACTEBEL	4	48	13	70.	0.
107	TRISUL	66	80	67	50.	1.
108	TRIUNFO PART	37	106	41	50.	0.
109	VALID	42	20	93	20.	1.
110	VIVER	29	63	50	50.	1.
111	WEG	67	33	22	70.	1.

TABELA 11. Ranking das Empresas.
 Fonte: Elaborado pela autora (2011).

4.5 Atendimento à Regulação do CPC 25

A análise global de cumprimento do CPC 25 no tocante à divulgação das provisões está apresentada na Tabela 12. Percebe-se que a grande maioria da amostra divulgou entre 50% e 70% das informações básicas estabelecidas pela legislação. Outra parcela (21 empresas – 19%) divulgou entre 10% e 40% dos itens. Já uma minoria, 11 empresas (10%) apresentou um nível alto de *disclosure* ao divulgar entre 80% e 90% dos itens requeridos. Nenhuma empresa atendeu em 100% dos itens, como, também, nenhuma empresa deixou de prestar alguma informação.

Já a Tabela 14, apresenta as informações de análise de cumprimento do CPC 25 no tocante à divulgação das provisões discriminadas por empresa. Percebe-se que a média de cumprimento da legislação a respeito da divulgação de informações sobre provisões foi de 57%. O que nos aponta a um nível médio de *disclosure* obrigatório.

PROVISÕES:		
NÍVEL GLOBAL DE ATENDIMENTO AO CPC 25		
Medida Disclosure	% Atendimento	Qtde Empresas
NÍVEL BAIXO	0%	-
	10%	5
	20%	6
	30%	3
NÍVEL MÉDIO	40%	7
	50%	19
	60%	24
NÍVEL ELEVADO	70%	33
	80%	10
	90%	1
	100%	-
SOMA		108

TABELA 12. Nível Global Atendimento CPC 25 – Provisões.
Fonte: Elaborado pela autora (2011).

O Gráfico 3 é a representação gráfica da análise global do cumprimento da legislação em relação às provisões, apresentada pela Tabela 12. A maior concentração de empresas está representada pela faixa de divulgação de 70% dos itens estabelecidos pelo CPC 25, que é um nível médio para elevado de *disclosure*. Estas somam 33 empresas, equivalentes à 31% da amostra.

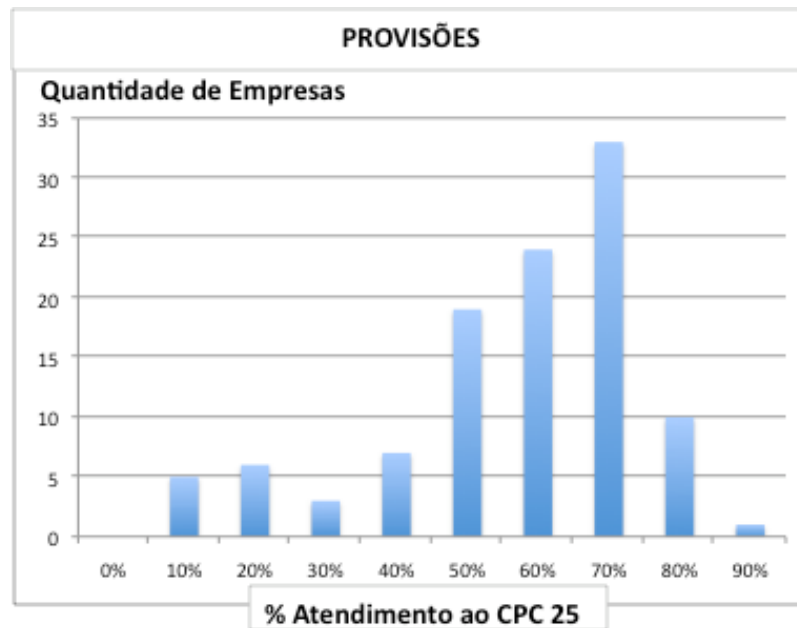


GRÁFICO 3. Representação da Quantidade % de Empresas que Atenderam ao CPC 25 a Respeito das Provisões.

Fonte: Elaborado pela autora (2011).

A Tabela 13 apresenta a análise global de cumprimento do CPC 25 no tocante à divulgação dos passivos contingentes. Percebe-se que a grande maioria da amostra (57%) divulgou cerca de 40% das informações básicas estabelecidas pela legislação, representando um nível de *disclosure* baixo. Outra parcela considerável (28%) atendeu à regulação em 60%. Um pequeno grupo da amostra (11 empresas – 10%) divulgou apenas 20% dos itens. Nenhuma empresa atendeu em 100% e 4 empresas (3,7%) deixaram de prestar alguma informação. Consta-se que apenas uma empresa alcançou *disclosure* alto, ao divulgar 90% das informações requeridas.

A Tabela 15, apresenta estas informações discriminadas por empresa. Percebe-se que a média de cumprimento da legislação a respeito da divulgação de informações sobre contingências possíveis foi de 42%. O que nos aponta a um nível médio para baixo de *disclosure* involuntário.

PASSIVOS CONTINGENCIAIS:		
NÍVEL GLOBAL DE ATENDIMENTO AO CPC 25		
Medida Disclosure	% Atendimento	Qtdade Empresas
NÍVEL BAIXO	0%	4
	10%	-
	20%	11
	30%	-
NÍVEL MÉDIO	40%	62
	50%	-
	60%	30
NÍVEL ELEVADO	70%	-
	80%	1
	90%	-
	100%	-
SOMA		108

TABELA 13. Nível Global Atendimento CPC 25 – Passivos Contingentes.
Fonte: Elaborado pela autora (2011).

O Gráfico 4 apresenta a análise global do cumprimento da legislação em relação aos passivos contingentes, apresentada pela Tabela 13. A maior concentração de empresas está representada pela faixa de divulgação de 40% dos itens estabelecidos pelo CPC 25, que é um nível médio para baixo de *disclosure*. Estas somam 62 empresas, equivalentes à 57% da amostra.

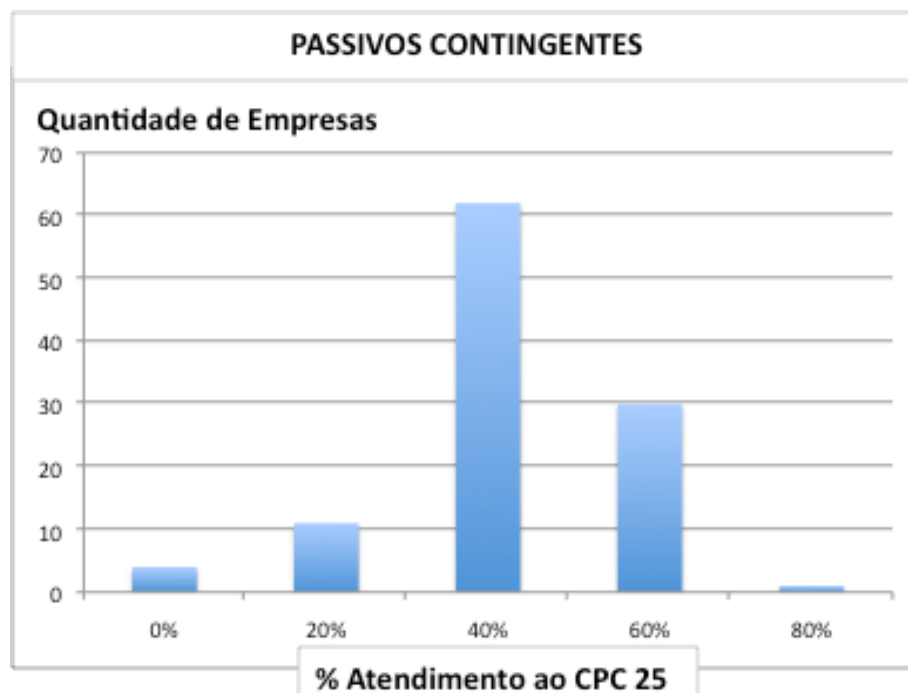


GRÁFICO 4. Representação da Quantidade % de Empresas que Atenderam ao CPC 25 a Respeito dos Passivos Contingenciais.
Fonte: Elaborado pela autora (2011).

PROVISÕES			
	EMPRESAS	Pelo CPC 25 existem 10 itens básicos de divulgação p/ PROVISÃO. Foram atendidos:	Divulgação PROVISÕES Em %
1	LOG-IN	9	90.
2	ANHANGUERA	8	80.
3	BEMATECH	8	80.
4	BROOKFIELD	8	80.
5	CIELO	8	80.
6	FIBRIA	8	80.
7	LOCALIZA	8	80.
8	MAGAZ LUIZA	8	80.
9	SABESP	8	80.
10	SAO CARLOS	8	80.
11	TIME FOR FUN	8	80.
12	AREZZO CO	7	70.
13	B2W VAREJO	7	70.
14	BMFBOVESPA	7	70.
15	BRF FOODS	7	70.
16	CREMER	7	70.
17	CSU CARDSYST	7	70.
18	DROGASIL	7	70.
19	DURATEX	7	70.
20	EMBRAER	7	70.
21	EQUATORIAL	7	70.
22	ESTACIO PART	7	70.
23	FLEURY	7	70.
24	GAFISA	7	70.
25	IGUATEMI	7	70.
26	IMC HOLDINGS	7	70.
27	IOCHP-MAXION	7	70.
28	LIGHT S/A	7	70.
29	LOJAS MARISA	7	70.
30	LOJAS RENNEN	7	70.
31	MAGNESITA SA	7	70.
32	METAL LEVE	7	70.
33	MRV	7	70.
34	NATURA	7	70.
35	ODONTOPREV	7	70.
36	PORTO SEGURO	7	70.
37	PORTOBELLO	7	70.
38	PROVIDENCIA	7	70.
39	RAIA	7	70.
40	SIERRABRASIL	7	70.
41	TEMPO PART	7	70.
42	TOTVS	7	70.
43	TRACTEBEL	7	70.
44	WEG	7	70.
45	ALL AMER LAT	6	60.
46	BRASIL	6	60.
47	CC DES IMOB	6	60.
48	CCR SA	6	60.
49	CETIP	6	60.

50	CIA HERING	6	60.
51	COPASA	6	60.
52	CPFL ENERGIA	6	60.
53	DASA	6	60.
54	ETERNIT	6	60.
55	FER HERINGER	6	60.
56	GRENDENE	6	60.
57	INDS ROMI	6	60.
58	LE LIS BLANC	6	60.
59	LOPES BRASIL	6	60.
60	LUPATECH	6	60.
61	M.DIASBRANCO	6	60.
62	MARFRIG	6	60.
63	MILLS	6	60.
64	OHL BRASIL	6	60.
65	PROFARMA	6	60.
66	ROSSI RESID	6	60.
67	SLC AGRICOLA	6	60.
68	TECNISA	6	60.
69	AUTOMETAL	5	50.
70	BHG	5	50.
71	BR INSURANCE	5	50.
72	BR PHARMA	5	50.
73	DIRECIONAL	5	50.
74	ECODIESEL	5	50.
75	ENERGIAS BR	5	50.
76	GENERALSHOPP	5	50.
77	HELBOR	5	50.
78	JHSF PART	5	50.
79	JSL	5	50.
80	MINERVA	5	50.
81	PDG REALT	5	50.
82	QUALICORP	5	50.
83	REDECARD	5	50.
84	RODOBENSIMOB	5	50.
85	TRISUL	5	50.
86	TRIUNFO PART	5	50.
87	VIVER	5	50.
88	ALIANSCÉ	4	40.
89	AMIL	4	40.
90	EVEN	4	40.
91	METALFRIO	4	40.
92	MMX MINER	4	40.
93	RENAR	4	40.
94	SPRINGS	4	40.
95	BR MALLS PAR	3	30.
96	CYRELA REALT	3	30.
97	POSITIVO INF	3	30.
98	BR BROKERS	2	20.
99	CR2	2	20.
100	CYRE COM-CCP	2	20.
101	LLX LOG	2	20.
102	TEGMA	2	20.
103	VALID	2	20.
104	EZTEC	1	10.

105	HYPERMARCAS	1	10.
106	IDEIASNET	1	10.
107	JBS	1	10.
108	PORTX	1	10.
	MÉDIA/EMRESA	5,68	57.

TABELA 14. Atendimento ao CPC 25 – Provisões
Fonte: Elaborado pela autora (2011).

PASSIVOS CONTINGENTES

	EMPRESAS	Pelo CPC 25 existem 05 itens básicos de divulgação p/ PC. Foram atendidos:	Divulgação PASSIVOS CONTINGENTES Em %
1	BRF FOODS	4	80.
2	ANHANGUERA	3	60.
3	BMFBOVESPA	3	60.
4	BRASIL	3	60.
5	BROOKFIELD	3	60.
6	DASA	3	60.
7	ENERGIAS BR	3	60.
8	FER HERINGER	3	60.
9	FLEURY	3	60.
10	JBS	3	60.
11	LLX LOG	3	60.
12	LOJAS MARISA	3	60.
13	LUPATECH	3	60.
14	MAGAZ LUIZA	3	60.
15	MAGNESITA SA	3	60.
16	MARFRIG	3	60.
17	MMX MINER	3	60.
18	MPX ENERGIA	3	60.
19	MRV	3	60.
20	NATURA	3	60.
21	QGEP PART	3	60.
22	RAIA	3	60.
23	SABESP	3	60.
24	SIERRABRASIL	3	60.
25	TECNISA	3	60.
26	TEGMA	3	60.
27	TRISUL	3	60.
28	VALID	3	60.
29	VIVER	3	60.
30	WEG	3	60.
31	CC DES IMOB	3	60.
32	ALL AMER LAT	2	40.
33	AMIL	2	40.
34	B2W VAREJO	2	40.
35	BEMATECH	2	40.
36	BHG	2	40.
37	BR BROKERS	2	40.
38	BR MALLS PAR	2	40.
39	CCR SA	2	40.
40	CETIP	2	40.
41	CIELO	2	40.
42	COPASA	2	40.
43	CPFL ENERGIA	2	40.
44	CREMER	2	40.
45	CSU CARDSYST	2	40.
46	CYRELA REALT	2	40.
47	DIRECIONAL	2	40.
48	DROGASIL	2	40.
49	DURATEX	2	40.
50	ECODIESEL	2	40.

51	EMBRAER	2	40.
52	EQUATORIAL	2	40.
53	ESTACIO PART	2	40.
54	ETERNIT	2	40.
55	EZTEC	2	40.
56	FIBRIA	2	40.
57	GAFISA	2	40.
58	GENERALSHOPP	2	40.
59	HYPERMARCAS	2	40.
60	IGUATEMI	2	40.
61	IMC HOLDINGS	2	40.
62	INDS ROMI	2	40.
63	JHSF PART	2	40.
64	JSL	2	40.
65	LE LIS BLANC	2	40.
66	LIGHT S/A	2	40.
67	LOCALIZA	2	40.
68	LOG-IN	2	40.
69	LOJAS RENNER	2	40.
70	LOPES BRASIL	2	40.
71	M.DIASBRANCO	2	40.
72	METAL LEVE	2	40.
73	METALFRIO	2	40.
74	MILLS	2	40.
75	MINERVA	2	40.
76	ODONTOPREV	2	40.
77	OHL BRASIL	2	40.
78	PORTO SEGURO	2	40.
79	PORTOBELLO	2	40.
80	PORTX	2	40.
81	PROFARMA	2	40.
82	PROVIDENCIA	2	40.
83	REDECARD	2	40.
84	RENAR	2	40.
85	SAO CARLOS	2	40.
86	SLC AGRICOLA	2	40.
87	SPRINGS	2	40.
88	TIME FOR FUN	2	40.
89	TOTVS	2	40.
90	TRACTEBEL	2	40.
91	TRIUNFO PART	2	40.
92	CIA HERING	2	40.
93	IDEIASNET	2	40.
94	AREZZO CO	1	20.
95	BR PHARMA	1	20.
96	BR PROPERT	1	20.
97	CR2	1	20.
98	HELBOR	1	20.
99	IOCHP-MAXION	1	20.
100	PDG REALT	1	20.
101	POSITIVO INF	1	20.
102	QUALICORP	1	20.
103	RODOBENSIMOB	1	20.
104	ROSSI RESID	1	20.
105	ALIANSCA	-	0

106	CYRE COM-CCP	-	0
107	EVEN	-	0
108	TEMPO PART	-	0
	MÉDIA/EMRESA	2,12037037	42.

TABELA 15. Atendimento ao CPC 25 – Passivos Contingentes
 Fonte: Elaborado pela autora (2011).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os termos provisão e contingência são, conceitualmente, muito próximos. Entretanto, o CPC 25 e a IAS 37 delimitaram as fronteiras de cada um, estabelecendo um tratamento específico para as provisões para riscos e encargos e um tratamento específico para as contingências – os chamados passivos contingentes.

Enquanto as provisões são objeto de reconhecimento contábil, tanto no balanço, quanto na demonstração dos resultados, por razões relacionadas ao cumprimento da definição de passivo, a existência de altas probabilidades de ocorrência dos fatos sujeitos a registro e a possibilidade de quantificação. Já os passivos contingentes, por não cumprirem estes requisitos na sua totalidade, ou por apenas serem possíveis obrigações, devem apenas ser divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Rover (2009) constatou que não há uma teoria predominante para explicar a questão da evidenciação das empresas, mas sim teorias que em vários aspectos se complementam. Nesse sentido, as teorias que constituem o embasamento da análise descritiva das características da informação contingencial deste trabalho foram: Teoria da Agência, Teoria da Divulgação, Teoria dos *Stakeholders* e Teoria da Legitimidade.

Em virtude desta pesquisa analisar a evidenciação de alguns dos elementos financeiros contábeis (obrigações decorrentes das contingências passivas) no balanço patrimonial, nas notas explicativas e outros relatórios integrantes das demonstrações contábeis, o termo *disclosure* teve por sinônimo as expressões evidenciação e divulgação e se baseou na conceituação de *disclosure* dada por Schaltegger e Burrit (2000, p. 190), quando afirmam que “*Disclosure* é o processo de incorporar elementos financeiros contábeis (recursos, obrigações, despesas e receita) no balanço, na demonstração de resultado, nas notas explicativas e demais demonstrações financeiras.

Considerando-se as restrições e/ou limitações encontradas, o presente trabalho apresenta algumas conclusões sobre o nível de *disclosure* das contingências feito pelas empresas analisadas e o atendimento às normas vigentes no Brasil em relação às demonstrações

contábeis do ano de 2010, ano em que começou a vigorar o CPC 25. Por restrições/limitações, lista-se:

(a) a evidenciação voluntária de informações contingenciais pode não ser uma avaliação representativa da performance administrativa da empresa. Afinal, muitas empresas podem possuir uma postura administrativa ou civil correta e não divulgar qualquer informação. Por outro lado, outras empresas podem adotar posturas inadequadas perante sua comunidade e divulgar apenas as informações boas.

(b) quanto à seleção de empresas, esta pesquisa envolveu apenas as listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. Logo, os resultados não devem ser generalizados para outras empresas ou segmentos.

(c) Em decorrência da BM&FBovespa não tornar pública a informação sobre a data em que uma empresa adentra para qualquer um de seus segmentos, foram analisadas as demonstrações contábeis disponibilizadas eletronicamente das empresas que compunham a listagem do Novo Mercado na data em que ocorreu a seleção da população e amostra. Partiu-se do pressuposto que tais empresas já se encontravam neste segmento na data desta seleção, ou, se alguma ainda não fazia parte deste segmento, foi considerado que já se adequava às práticas de boa governança, uma vez que pretendia adentrar brevemente em tal mercado.

(d) Os resultados obtidos nesta pesquisa restringem-se às informações apresentadas pelas empresas nos relatórios do exercício social de 2010. Portanto, os resultados não são generalizáveis a outros períodos.

(e) A técnica utilizada para coletar os dados também possui algumas limitações. Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo opera entre dois pólos: rigor da objetividade e fertilidade da subjetividade. Desta forma, com o intuito de reduzir a subjetividade, após a classificação das sentenças de acordo com a estrutura conceitual, foi feita uma revisão com a finalidade de corrigir eventuais diferenças entre a classificação de sentenças semelhantes. Na mesma busca, é recomendável que o próprio pesquisador realize o levantamento e a classificação das informações, por ser esta uma oportunidade de aprimorar a estrutura conceitual de categorias. Então, a própria autora

procedeu à todas as etapas desta pesquisa, buscando reduzir as limitações decorrentes da técnica de análise de conteúdo.

(f) Finalmente, a escolha de alguns fatores ou medidas utilizados nas análises foi realizada de maneira intencional a partir da revisão de literatura. Entretanto, outras também poderiam ser utilizadas a fim de operacionalizar as análises. Um exemplo de outra opção para representar o tamanho da empresa seria utilizar a receita bruta ou o valor de mercado da empresa no lugar do ativo total.

As demonstrações contábeis mais utilizadas para analisar o relato dos eventos foram, fundamentalmente, o balanço patrimonial e as notas explicativas.

As técnicas mais divulgadas, tanto para determinar o grau de probabilidade de ocorrência, quanto para quantificar as obrigações, foram a opinião dos consultores jurídicos e a avaliação de ocorrências de fatos similares baseada na experiência do avaliador do risco.

Nem todas as provisões para riscos e encargos reconhecidas no balanço patrimonial possuíam uma adequada divulgação sobre sua natureza e estimativas de cronogramas esperados de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes. Como também pouca divulgação ocorreu sobre a indicação de incertezas sobre valores ou cronogramas esperados dessas saídas.

Verifica-se que, embora os procedimentos de divulgação de provisões tenham sido cumpridos quanto à realização do quadro resumo que evidencia a variação do seu montante e no tocante à descrição da natureza da obrigação, não foi satisfeita a indicação das incertezas associadas ao evento quanto à quantia e ao prazo da obrigação.

As análises permitiram concluir que a propensão para o relato de fatos contingentes não depende do tamanho do ativo, nem da relevância da contingência. Estatisticamente, tem-se o coeficiente de correlação do número de sentenças e o valor das provisões equivalente a 0,3067. Este é um coeficiente significativo ao nível de 1% de probabilidade, mas percebe-se que pouca influência existe entre essas duas variáveis, o que aponta que o valor das provisões não determina a quantidade de sentenças divulgadas por uma empresa.

O coeficiente de correlação entre o número de sentenças e o valor do ativo total das empresas não foi significativo, cujo valor foi 0,0993. Esse valor muito pequeno indica que essas duas variáveis têm pouca influência uma sobre a outra.

Já o coeficiente de correlação entre o valor das provisões e o valor do ativo total foi equivalente a 0,9465. Este é um coeficiente significativo ao nível de 1% de probabilidade, e aponta que o volume de provisões de uma empresa pode ser influenciada pelo tamanho do seu ativo.

Os fatos contingentes mais reconhecidos e divulgados estão relacionados à impostos, litígios e reclamações trabalhistas.

O tratamento contábil para os passivos contingentes estabelece que a entidade deve divulgar (em notas explicativas), para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente, a estimativa do seu efeito financeiro e a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída. Muitas empresas divulgaram a possibilidade da existência de uma obrigação que é confirmada pela ocorrência de eventos futuros não controlados pela entidade, e divulgaram relatos sobre aquele tipo de passivo contingente. Porém, os procedimentos de divulgação dos passivos contingentes não foram cumpridos na íntegra por toda a amostra.

A legislação estabelece que é necessário divulgar informações adequadas sobre as principais premissas adotadas em relação às contingências. O verificado é que, no geral, o nível de *disclosure* apresentou-se médio para as provisões, sendo atendido uma média de 5,68 itens dos 10 exigidos no tocante à divulgação de provisão, representando 57% de cumprimento da norma do CPC 25; e baixo para os passivos contingentes, pois foi cumprida uma média de 2,12 itens dos 05 exigidos no tocante à divulgação de passivos contingentes.

Esses resultados também podem ser interpretados com base na Teoria da Divulgação Voluntária (VERRECCHIA, 2001; DYE, 2001) sob a ótica da seleção adversa, em que a informação não divulgada representa informações negativas. Embasado nesta teoria, pode-se afirmar que existem benefícios da divulgação voluntária, decorrentes da redução de assimetria informacional, seleção adversa e, conseqüentemente, do risco percebido pelos investidores. Da mesma forma, a divulgação gera custos, que se formam da divulgação de informação

privada, utilizável por concorrentes e grupos contrários à empresa, e também de redução do valor percebido pelo mercado, quando divulgada informação desfavoráveis. A combinação destes fatores gera um incentivo a grande evidenciação de informações positivas e menor divulgação possível de informações negativas, uma previsão teórica que se confirmou no presente estudo.

O presente estudo apresentou conclusões embasadas nas análises das contingências e, também, uma constatação sobre os procedimentos das empresas brasileiras a partir dos critérios determinados pelo CPC 25.

Existe, assim, um amplo campo de investigação a ser efetuado nesta área. Futuras investigações poderão passar pelo desenvolvimento de estudos que busquem:

1. Desenvolver um estudo sobre a realidade empresarial brasileira com o objetivo de conseguir extrair conclusões sobre o tratamento contábil em matéria de contingências nas próximas demonstrações contábeis, quando o CPC 25 estará melhor absorvido;
2. Desenvolver um estudo comparativo entre os outros níveis de governança da BM&FBovespa, comparando o resultado do Novo Mercado com os Níveis 1 e 2, por exemplo, em prol de se verificar se realmente as empresas do Novo Mercado apresentam maior evidenciação das informações em relação aos dois outros níveis.
3. Pesquisar as razões que levam os consultores jurídicos que assessoram os gestores a apresentarem valores submensurados para as provisões de seus clientes.
4. Recolher as formas de tratamento contábil no tocante a adoção de outros CPC implementados.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Ruth V. Corporate governance and director accountability: an institutional comparative perspective. **British Journal of Management**, Chichester, v. 16, p. S39-S53, March, 2005. Supplement s1.

ALBERT, Ignacio Ruiz; BRIONES, Joaquina Laffarga; CARDOSO, Sergio M. Jimenez. **Factors determining information disclosure**. Accounting and Financial Economy Department. Seville: School of Economic and Business Sciences, 2002. Disponível em <<http://personal.us.es/ira/articulosyabstracts/abstract%20EAA2003.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2011.

BACKMON, Ida Robinson; VICKREY, Donn W. An empirical examination of the relationship between Bond Risk Premiums and Loss Contingency Disclosures. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, Boston, v. 12, n. 2, p. 179, Spring. 1997. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2931>. Acesso em: 31 out. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BEAVER, William. **Financial reporting: an accounting revolution**. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

BENEDITTO, Elizabeth de Almeida Neves Di. **Transparência dos relatórios de instituições financeiras no Brasil**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Curso de Pós-graduação e Pesquisa em Administração e Economia, Faculdade de Economia e Finanças IBMEC, Rio de Janeiro, 2006.

BERELSON, Bernard. **Content analysis in communication research**. New York: The Free Press, 1952.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Empresas Listadas**. [2011?]. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 31 out. 2011

CARVALHO, F. A. *et al.* Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2004. CD-ROM.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. Handbook of organization studies. London: Sage Publications, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. (Brasil). **Resolução n.º 1.180**, de 24 de Julho de 2009. Aprova a NBTC TG 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1180.doc>. Acesso em: 25.mar. 2010.

COLAUTO, Romualdo Douglas; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; DIAS, Guadalupe Machado. Passivo e sua mensuração. In: _____. **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009. cap. 7, p. 107-117.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 25: provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de 26 de junho de 2009. Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_25.pdf>. Acesso em 15.02.2011

CRASWELL, A. T.; TAYLOR, S. L.: Discretionary disclosure of reserve by oil and gas companies: an economic analysis. **Journal of Business Finance and Accounting**, Oxford, v. 19, n. 2, p. 295-308, Jan. 1992.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Deliberação CVM n.º 589**, de 3 de outubro de 2005. Atuação irregular no mercado de valores mobiliários por parte de pessoas não autorizadas pela CVM, nos termos do artigo 15 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. 2005. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=\deli\deli589.doc>. Acesso em: 17 fev. 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Deliberação CVM n. 594**, de 15 de setembro de 2009. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. 2009. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=\deli\deli594.doc> . Acesso em: 11 fev. 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Ofício-Circular/CVM/SNC**, n. 12 de 02 de setembro de 2009. 2009. Disponível em: <<http://cfc.jusbrasil.com.br/noticias/1855177/oficio-circular-cvm-snc-12-2009-assunto-demonstracoes-contabeis>> . Acesso em: 10 dez. 2010.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004, Curitiba.

Anais... Curitiba, ANPAD, 2004. CCG 277. CD-ROM.

DARÓS, L. L.; BORBA, J. A. Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, ANPAD, 2004. CCG 1922. CD-ROM.

DEPOERS F. A cost-benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies, *European Accounting Review*, London, v. 9, n. 2, p. 245-263, Apr. 2000.

DIAS FILHO, José Maria; MACHADO, Luiz Henrique Baptista. **Abordagens de pesquisa em contabilidade**. In: IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro Broedel (Coord.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

DYE, Ronald. An evaluation of 'essays on disclosure' and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 32, n. 1/3, p. 181-235, Dec. 2001.

ECCLES, Robert G *et al.* The value reporting: moving beyond the earnings game. **PricewaterhouseCoopers**. New York: John Wiley & Sons, 2001.

EISENHARDT, K. M. Control: organizational and economic approaches. *Management Science*, Providence, v. 31, n. 2, p. 134-149, Feb. 1985.

EPSTEIN, Marcia Jenneth; PALEPU, Krishna G. What financial analysts want? **Institute of Management Accountants**, Monyvale, p. 48-52, Apr. 1999. Issue of **Strategic Finance**

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. **Divulgação do passivo**: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico. 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Curso de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Econômica, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FIRTH, Michael. The impact of size, stock market listing and auditors on voluntary disclosure in corporate annual reports. **Accounting and Business Research**, v. 9, n. 36, p. 273-280, Autumn. 1979.

FONTES FILHO, Joaquim Rubens. Governança organizacional aplicada ao setor público. In: **VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL**

ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 28-31 Oct. 2003, Panamá, 2003. Disponível em <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047108.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

FREEMAN, R. E. *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.

FREITAS, Henrique; JANISSEK, Raquel. **Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, seqüências e recorrentes para análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Sphinx-Sagra, 2000.

GIBBINS, Michael; RICHARDSON, Alan; WATERHOUSE, John. The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies and process. **Journal of Accounting Research**, Chicago, v. 28, n. 1, p. 121-143, Spring. 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GINER INCHAUSTI, B. [1997]: The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by Spanish firms. **The European Accounting Review**, London, v. 6, n. 1, p 45-68, Jan. 1997.

GOLDNER, F. **O disclosure das demonstrações contábeis e financeiras dos maiores bancos brasileiros**. 2006, 105 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. Vitória, 2006.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza *et al.* Social disclosure das empresas brasileiras listadas na NYSE e na BOVESPA: sua relação com os níveis de governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 9, p. 71-94, jan./jun. 2008.

GRAY, R; KOUHY, R; LAVERS, S. Methodological themes: constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Bradford, v. 8, n. 2, p. 78-101, Apr. 1995.

GRUNING, Michael. Capital markets implications of corporate disclosure: German evidence, **BuR Business Research Official Open Access Journal of VHB**. [2009?]. Disponível em <https://docs.google.com/a/ifmg.edu.br/viewer?a=v&q=cache:kqIeQUrMVgoJ:www.business-research.org/early_view/gruening-capital-market-early.pdf+&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShopx56NV9W3Od2OfYvWHSiJ3B13Z9aIRns8ckQVNe-vtkqyM_aV_Thz66oJw9Xllgs3EEz9-fVTrlTNxRBh2quOmC7HvmIyidGvOnd1ypnDdJz5vBIUO2rIUjS-euZiy0rn50J&sig=AHIEtbQyZb46LjQqNTVMugLTZ3k966_xHg&pli=1>. Acesso em: 23

jul. 11.

HACKSTON, David; MILNE, Markus J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Bradford, v. 9, n. 1, p. 77-108, Jan. 1996.

HATCH, M. J. **Organization theory**: modern symbolic and postmodern perspectives. New York: Oxford University Press, 1997.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOSSAIN, M.; LIN MEI TAN; ADAMS, M. Voluntary disclosure in an emerging capital market: some empirical evidence from companies listed on the Kuala Lumpur Stock Exchange. **The International Journal of Accounting**: education and research. London, v. 29, n. 4, pp 334-351, Oct. 1994.

HOSSAIN, M; PERERA, H. B.; ARMAN, A. R. Voluntary disclosure in the annual reports of the New Zealand companies. **Journal of International Financial Management and Accounting**, Oxford, v. 6, n. 1, p. 69-87, Mar. 1995.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **IFRS Resumos de IFRS e IASs**: Português [Londres, 2007]. Disponível em <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS+technical+summaries/Resumos+de+IFRSs+e+IASs+-+Portugu%C3%AAs+2007.htm>>. Acesso em: 2 Fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Governança no Brasil**. [2--?]. Disponível em < <http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=20>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and capital structure. **Journal of Financial Economics**, Lausanne, v. 3, n. 4, p. 305-360, Oct. 1976.

KAZENSKI, Paul M. **Recognition, measurement, and disclosure of environmental liabilities**. Arlington, Virginia: Casualty Actuarial Society Fórum Casualty Actuarial Society, Summer, 1994. p. 367-400 Disponível em: <<http://www.casact.org/dare/index.cfm?fuseaction=view&abstrID=431>>. Acesso em: 01 out. 2010.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de *disclosure* com o custo da dívida das empresas brasileiras**. 118 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Econômica, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. **Critical Perspectives on Accounting Conference**, London, 1994.

LIYANARACHCHI, Gregory A; THEIVANANTHAMPILLAI, Paul S. **Accounting students' information disclosure decisions: is there a need for changing the status quo on disclosure through accounting education?** Dunedin, New Zealand: University of Otago, 2005. p. 1-23.

LONT, David. Unspecified operating expense disclosure requirements in New Zealand: has FRS 9 made a difference?. **Pacific Accounting Review**, Wellington, v. 14, n. 2, p. 57-99, Apr. 2002.

LOPES, Alexandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

LUIZ, Ivone Gonçalves; SANTANA, Luciene; RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto. Um estudo do disclosure do passivo à luz dos padrões internacionais de contabilidade. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 1, n. 2, p. 91-105, jun./dez.2004.

MCNALLY, G; HOCK, L.;HASSELDINE, C.R. Corporate financial reporting in New Zealand: an analysis of user preferences, corporate characteristics and disclosure practices for discretionary information. **Accounting and Business Research**, London, v. 13, n. 49, p 11-20, Winter,1982.

MALONE, D.; FRIES, C.; JONES, T. An empirical investigation of the extent of corporate financial disclosure in the oil and gas industry. **Journal of Accounting Auditing and Finance**, Boston, v. 8, n. 3, p. 249-273, Summer. 1993.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORA, A.; REES, W. The early adoption of consolidated accounting in Spain. *The European Accounting Review*, London, v. 7, n. 4, p. 675-696, Dec. 1998.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Arioaldo dos. Principais práticas de disclosure voluntário das 100 maiores empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 61-78, jan./abr. 2009.

NOSSA, Valvemiro. **Discloure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 249 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Curso de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Econômica, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, A. L. O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 1996, Brasília. **Anais...** Brasília, 1996. CD-ROM

O'DONOVAN, Gary. Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Bradford, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

_____. **Corporate environmental reporting**: developing a legitimacy theory model. 2003. Disponível em: <<http://www.commerce.adelaide.edu.au/apira/papers/contents.htm>>. Acesso em: 31 out. 2011.

OLIVEIRA, M. C.; RIBEIRO, M. S. Análise da evolução de informações econômico-financeiras de natureza ambiental: o estudo do caso Petrobrás. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 10., 2003. Guarapari. **Anais...** Guarapari: [S.n.], 2003, CD-ROM.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; PONTE, Vera Maria Rodrigues. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 4, n.36, p. 7-20, set./dez. 2004.

PIETRO NETO, José de; GALLI, Oscar Claudino; DECOURT, Roberta Frota. Volatilidade, magnitude dos proventos e a sinalização na política de distribuição de lucros. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 1, p. 37-56, jan./abr. 2008.

RAFFOURNIER, B. The determinants of voluntary financial disclosure by Swiss listed

companies. **The European Accounting Review**, London, v. 4, n. 2, p. 261-280, Apr. 1995.

ROLIM, Márcio Viana; LEMES, Sirlei; TAVARES, Marcelo. Disclosure dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100. **Revista CEPPG**, Goiânia, n. 22, p. 85-110, jan. 2010.

ROVER, Suliani. **Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil**. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SALOMONE, Roberta; GALLUCCIO, Giulia. **Environmental issues and financial reporting trends: a survey in the chemical and oil & gás industries**, Jun. 2001. (Working Paper. Fondazione Eni Enrico Mattei. Nota di lavoro, 32/2001)

SANCOSVSCHI, Moacir; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho. Evidenciação social corporativa: estudo de caso da empresa Petróleo Brasileiro SA. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2006.

SANTOS, Aldomar Guimarães dos. **Comitê de auditoria: uma análise baseada na divulgação das informações de empresas brasileiras**. São Paulo, 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Curso de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Econômica, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SATO, Fábio Ricardo Loureiro. A teoria da agência no setor da saúde: o caso do relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n.1, 49-62, jan./fev. 2007.

SCHADEWITX, H. J.; BLEVINS, D. R. Major determinants of interim disclosures in an emerging market. **American Business Review**, Binghamton, v.16, n. 1, p. 41-55, Jan. 1998.

SCHALTEGGER, Stefan; BURRIT, Roger. **Contemporary environmental accounting. Issues, concepts and practice**. Sheffield: Greenleaf, 2000.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgia. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81 2005

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; YOSHINAGA, Claudia Emiko; BORBA, Paulo da

Rocha Ferreira. Crítica à teoria dos stakeholders como função-objetivo corporativa. Tutorial-finanças. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 33-42, jan./mar. 2005.

SINGHVI, S.; DESAI, H. B. An empirical analysis of the quality of corporate financial disclosure. **The Accounting Review**, Sarasota, v. 46, n. 1, p. 129-138, Jan. 1971.

VERRECCHIA, Robert. **Essays on disclosure**. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, Dec. 2001.

VERRECCHIA, Robert E. Discretionary disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 5, n. 1, p. 179-194, Apr. 1983.

WALLACE, Olusegun, R. S., KAMAL, Naser; MORA, A. The relationship between the comprehensiveness of corporate annual reports and firm characteristics in Spain. **Accounting and Business Research**, London, v. 25, n. 97, p. 41-53, 1994.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive accounting theory**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1986.